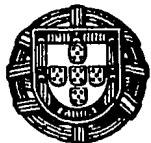


Sexta-feira, 21 de Outubro de 1983



# DIÁRIO da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE OUTUBRO DE 1983

**Presidente:** Ex.º Sr. Manuel Alfredo Tito de Moraes

**Secretários:** Ex.º Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Foram lidos todos os votos que tinham ficado pendentes, para discussão e votação, da última sessão.

Foi aprovada a alteração à ordem do dia anunciada na sessão anterior.

Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros.

Em declaração política o Sr. Deputado Hasse Ferreira (UEDS) referiu-se à situação política que se vive na Turquia, em especial ao chamado processo de Fatsa. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Manuel Alegre (PS) e Joaquim Miranda (PCP) e a esclarecimentos dos Srs. Deputados Manuel Alegre (PS), Amélia de Azevedo (PSD) e António Taborda (MDP/CDE).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Gaspar Miranda (PS), abordou as carências da região de Basto, apelando ao Governo para a sua urgente resolução. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Lemos Damião e Daniel Bastos (PSD), Soares Cruz (CDS), José Manuel Mendes (PCP), Carlos Pires (PS) e Helena Cidade Moura (MDP/CDE).

Foi discutido e aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do Cardeal D. Humberto Medeiros, sobre o qual interviveram os Srs. Deputados Ricardo Barros (PS), Ruben Raposo (ASDI), José Gama (CDS) e Vargas Bulcão (PSD).

Foram discutidos, conjuntamente, três votos sobre a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Lech Walesa: um do CDS e outro do PS e do PSD, que foram aprovados, e um do MDP/CDE, que foi rejeitado. Usaram da palavra os Srs. Deputados Vítor Hugo Sequeira (PS), Helena Cidade

Moura (MDP/CDE), Gomes de Pinho (CDS), Oliveira e Costa (PSD), César Oliveira (UEDS), Jorge Lemos (PCP) e Manuel Alegre (PS).

Foi aprovado um voto de congratulação do CDS pela realização em Lisboa das Audiências Sakharov, sobre o qual interviveram, a diverso título, os Srs. Deputados Gomes de Pinho (CDS), Jorge Lemos (PCP), Lopes Cardoso (UEDS), Jorge Lacão (PS), Silva Marques (PSD), Carlos Brito (PCP), César Oliveira (UEDS) e Magalhães Mota (ASDI).

Foi rejeitado um voto de protesto do MDP/CDE pela presença de membros do Governo nas mesmas Audiências, tendo intervindo, a diverso título, os Srs. Deputados Helena Cidade Moura (MDP/CDE), António Vitorino (UEDS), Jorge Lacão (PS) e Gomes de Pinho (CDS).

Finalmente, foi rejeitado um voto do PCP reclamando o pagamento de salários em atraso e solidarizezando-se com a luta dos vidreiros da Marinha Grande, sobre o qual interviveram, a diverso título, incluindo declaração de voto, os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE), Lopes Cardoso (UEDS), Silva Marques (PSD), Jerónimo de Sousa (PCP), Agostinho Domingues (PS), Gomes de Pinho (CDS) e Rúben Raposo (ASDI).

O Sr. Presidente, após ter anunciado a entrada na Mesa de vários diplomas, encerrou a sessão às 20 horas e 40 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel Frias Barreiros.  
Agostinho de Jesus Domingues.  
Alberto Rodrigues Ferreira Gamboa.  
Alexandre Monteiro António.  
Almerindo da Silva Marques.  
Amadeu Augusto Pires.  
Américo Albino da Silva Salteiro.  
Aníbal Coelho da Costa.  
António Cândido Miranda Macedo.  
António da Costa.  
António Domingues de Azevedo.  
António Frederico Vieira de Moura.  
António Gonçalves Janeiro.  
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
António José Santos Meira.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Bento Elísio de Azevedo.  
Carlos Augusto Coelho Pires.  
Carlos Cardoso Lage.  
Edmundo Pedro.  
Eurico Faustino Correia.  
Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
Fernando Fradinho Lopes.  
Francisco Augusto Sá Moraes Rodrigues.  
Francisco Igrejas Caeiro.  
Francisco Lima Monteiro.  
Francisco Manuel Marcelo Curto.  
Frederico Augusto Handel de Oliveira.  
Gaspar Miranda Teixeira.  
Gil da Conceição Palmeiro Romão.  
Henrique Aureliano Vieira Gomes.  
Hermínio Martins de Oliveira.  
João de Almeida Eliseu.  
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
João do Nascimento Gama Guerra.  
João Luís Duarte Fernandes.  
Joel Maria da Silva Ferro.  
Joaquim José Catano de Menezes.  
Jorge Alberto Santos Correia.  
Jorge Lacão da Costa.  
Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.  
José de Almeida Valente.  
José Augusto Filhol Guimarães.  
José Barbosa Mota.  
José da Cunha e Sá.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Luís Diogo Preza.  
José Manuel Nunes Ambrósio.  
José Manuel Torres Couto.  
José Maria Roque Lino.  
José Martins Pires.  
José António Borja S. dos Reis Borges.  
Litério da Cruz Monteiro.  
Luís Abílio da Conceição Cacito.  
Luís Silvério Gonçalves Saias.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
Manuel Filipe Pessoa Santos Loureiro.  
Manuel Fontes Orvalho.  
Manuel Laranjeira Vaz.  
Maria Ângela Duarte Correia.  
Maria do Céu Sousa Fernandes.  
Maria da Conceição Pinto Quintas.  
Maria Luísa Modas Daniel.

Maria Margarida Ferreira Marques.  
Mário Augusto Sotto Mayor Leal Cardia.  
Nelson Pereira Ramos.  
Paulo Manuel de Barros Barral.  
Raul d'Assunção Pimenta Rego.  
Raul Fernando Sousa da Costa Brito.  
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.  
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.  
Rui Fernando Pereira Mateus.  
Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.  
Rui Monteiro Picciuchi.  
Silvino Manuel Gomes Sequeira.  
Teófilo Carvalho dos Santos.  
Victor Hugo Jesus Sequeira.  
Victor Manuel Caio Roque.  
Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

**Partido Social-Democrata (PSD/PPD):**

Abílio Gaspar Rodrigues.  
Abílio Mesquita Araújo Guedes.  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Agostinho Correia Branquinho.  
Amadeu Vasconcelos Matias.  
Amândio S. Domingues Basto Oliveira.  
Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
António Maria de Ornelas Ourique Mendes.  
António Nascimento Machado Lourenço.  
António Rolcira Marinho.  
António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
Arménio dos Santos.  
Carlos Miguel Almeida Coelho.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Daniel Abílio Ferrreira Bastos.  
Domingos Duarte Lima.  
Eleutério Manuel Alves.  
Fernando José da Costa.  
Fernando José Roque Correia Afonso.  
Fernando Manuel Cardoso Ferreira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Fernando dos Reis Condeesso.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco Jardim Ramos.  
Gaspar de Castro Pacheco.  
Guido Orlando Freitas Rodrigues.  
Jaime Adalberto Simões Ramos.  
João Domingos Abreu Salgado.  
João Evangelista Rocha de Almeida.  
João Luís Malato Correia.  
João Maurício Fernando Salgueiro.  
João Maria Ferreira Teixeira.  
João Pedro de Barros.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.  
Jorge Nélvio P. Ferraz Mendonça.  
José Adriano Gago Vitorino.  
José de Almeida Cesário.  
José António Valério do Couto.  
José Augusto Santos Silva Marques.  
José Bento Gonçalves.  
José Luís de Figueiredo Lopes.  
José Mário de Lemos Damião.  
José Percira Lopes.  
José Silva Domingos.  
José Vargas Bulcão.

Leonardo Eugénio Ruios Ribeiro de Almeida.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Pereira.  
 Mariana Santos Calhau Perdigão.  
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.  
 Mário Martins Adegas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Raul Gomes dos Santos.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Manuel de Oliveira Costa.  
 Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Victor Pereira Crespo.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço.  
 António Guilherme Branco Gonzalez.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 António José Monteiro Vidigal Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Belchior Alves Pereira.  
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.  
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 João António Torrinhas Paulo.  
 João Carlos Abrantes.  
 Joaquim António Miranda da Silva.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Luísa Mesquita Cachado.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria Odete Santos.  
 Mariana Grou Lanita.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Abel Augusto Gomes Almeida.  
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.  
 António Bernardo da Gama Lobo Xavier.  
 António Gomes de Pinho.  
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.  
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.

Henrique António da C. Madureira.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 Henrique Paulo das Neves Soudo.  
 Hernâni Torres Moutinho.  
 Horácio Alves Marçal.  
 João António de Moraes Silva Leitão.  
 João Carlos Dias M. Coutinho Lencastre.  
 Jcão Gomes de Abreu Lima.  
 José António de Moraes Sarmento Moniz.  
 José Augusto Gama.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 José Miguel Anacoreta Correia.  
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.  
 Tomás Rebelo Espírito Santo.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE):**

António Monteiro Taborda.  
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Helena Cidade Moura.

**Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):**

António César Gouveia de Oliveira.  
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.

**Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):**

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Rúben José Martins Raposo.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 30 minutos.*

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, o Partido Comunista Português retirou da agenda de trabalhos desta tarde a discussão e votação do projecto de lei n.º 4/III que tinha apresentado, pelo que convoquei uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares para decidir da eventual substituição da agenda que estava programada.

Nessa reunião, foi proposto que na ordem de trabalhos para hoje houvesse um período de antes da ordem do dia onde se procederá à leitura do expediente, dos requerimentos apresentados e das respostas recebidas. Em seguida, haverá um período para as declarações políticas e, depois, a apreciação e votação de votos que estão pendentes.

Vai proceder-se à leitura dos votos, que serão apreciados e votados.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — É do seguinte teor o voto de pesar apresentado por deputados do PS e do PSD pelo falecimento do Cardeal D. Humberto Medeiros:

D. Humberto Medeiros foi uma figura distinta e prestigiada do clero e da hierarquia católica nos Estados Unidos da América.

Espírito muito sensível às injustiças e à situação das camadas mais pobres e mais sofredoras da sociedade norte-americana, D. Humberto Medeiros conheceu na própria carne a dureza do trabalho e, até, de algumas realidades mais penosas inerentes à condição dos imigrantes. Na verdade, partiu da terra açoriana (era natural da freguesia de Arrifes, na ilha de S. Miguel), na companhia dos pais, tinha apenas 16 anos (em 1931). Ele próprio exerceu, quando jovem, diversas tarefas manuais muito humildes, jamais tendo perdido o contacto com a comunidade portuguesa dos Estados Unidos e, especialmente, com os seus elementos mais desprotegidos.

Após haver frequentado o liceu na cidade de Fall River, no Estado de Massachusetts, e de haver concluído os estudos superiores na Universidade Católica de Washington, foi ordenado sacerdote em 1946. 20 anos depois a Santa Sé confiou-lhe a dignidade episcopal e, em 1970, foi designado arcebispo de Boston e membro do colégio cardinalício.

No momento do desaparecimento de D. Humberto Medeiros, figura destacada da Igreja Católica e elemento que foi também do mundo da emigração, português de raiz e símbolo dos mais altos valores da pátria lusitana, propomos que a Assembleia da República aprove um voto de pesar pela morte do cardeal-arcebispo de Boston, quando tanto havia ainda a esperar da sua acção apostólica e humana e do seu admirável exemplo.

O voto sobre as reuniões em Lisboa das Audiências Sakharov, apresentado pelo CDS, diz o seguinte:

Encontram-se reunidas em Lisboa as Audiências Sakharov, tribunal de opinião que exprime o empenhamento de todas as forças democráticas na luta contra a violação dos direitos humanos, particularmente ofendidos na União Soviética e países aliados.

A sistemática violação da Declaração dos Direitos do Homem impede que os cidadãos desses países gozem das liberdades essenciais da pessoa humana e transforma milhares de intelectuais, artistas e trabalhadores que ousam lutar por esses direitos em candidatos certos aos hospitais psiquiátricos, à prisão e ao exílio.

Sakharov, Prémio Nobel da Paz, é o exemplo desta luta e, como tal, merecedor da nossa solidariedade militante.

A Comissão Permanente da Assembleia da República congratula-se pela realização em Portugal destas Audiências e sublinha a sua esperança de que delas venha a resultar uma maior tonada de consciência sobre a gravidade da situação em que se encontram os cidadãos dos países totalitários, privados dos mais elementares direitos e impedidos de participar no esforço colectivo pela constituição da paz.

O voto de protesto sobre a reunião do Comité Sakharov apresentado pelo MDP/CDE é do seguinte teor:

Considerando que Portugal de Abril é um espaço aberto ao diálogo, a Assembleia da República nada tem a objectar à reunião do Comité Sakharov em Portugal;

Considerando que este espaço aberto ao diálogo entre todos os portugueses não deveria ter sido fechado pela presença do Governo;

Considerando que em tempo de duras provações para o povo português e em tempo de crise, só resolvível com a participação integral desse mesmo povo, o Governo deverá assumir de maneira convicta e digna a sua função de Estado:

Os deputados abaixo assinados propõem à Assembleia da República o seguinte voto de protesto:

A Assembleia da República protesta contra o compromisso que representantes do poder político assumiram, tomando publicamente uma posição que fecha o diálogo sereno e democrático, indispensável entre os Portugueses.

O voto, apresentado pelo PCP, sobre a luta dos trabalhadores do sector vidreiro da Marinha Grande diz o seguinte:

Trabalhadores da Marinha Grande, do sector vidreiro, organizaram uma significativa e emocionante marcha dos vidreiros contra a fome, que entre os passados dias 10 e 14 do corrente mês percorreu em várias etapas a distância entre aquela vila do distrito de Leiria e Lisboa.

Na origem desta acção de luta está a situação de milhares de trabalhadores da Marinha Grande, do sector do vidro e cristalaria, que se encontram há vários meses sem receber o salário que lhes é devido.

As bandeiras negras que os participantes na marcha empunhavam simbolizam a miséria e a fome que atinge os seus lares e que resulta da brutal e frontal violação de um dos seus direitos fundamentais — o direito ao salário, verdadeira expressão do direito à vida.

A impressionante manifestação, que configura aquela marcha, repercute assim a fome, a miséria e as dificuldades que sentem as dezenas de milhares de trabalhadores que do Norte a Sul do País são atingidos pela praga social que é a falta de pagamento de salários.

Cumpre à Assembleia da República respicitar e fazer respeitar os princípios e as regras democrático-constitucionais, designadamente os direitos fundamentais dos cidadãos, dos trabalhadores, do povo em geral. Em caso algum, pode a Assembleia permanecer indiferente perante as violações desses direitos fundamentais.

Nestes termos, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PCP propõem que seja emitido o seguinte voto:

A Assembleia da República:

Reclama a adopção de medidas imediatas com vista ao pagamento dos salários em atraso; Solidarizando-se com a manifestação de luta dos trabalhadores vidreiros e da cristalaria da zona da Marinha Grande, pronuncia-se pela adopção de medidas de apoio capazes de garantir no futuro a segurança no emprego a todos os que aí trabalham e capazes de assegurar a estabilidade e desenvolvimento dessa indústria de enorme importância nacional e regional.

Ainda apresentado pelo PCP, um voto que faz referência a um incidente com uma embarcação de pesca luso-marroquina, que diz o seguinte:

Considerando que se verificou mais um incidente com uma embarcação pertencente a uma sociedade de pesca luso-marroquina e perderam a vida 2 pescadores portugueses e 1 outro ficou gravemente ferido;

Considerando que se trata de mais um incidente a juntar a outros ocorridos nos mesmos mares precisamente no 2.º aniversário do ataque ao pesqueiro português *Porto do Céu*, em que morreu 1 tripulante e 3 ficaram gravemente feridos;

Considerando que aos tripulantes das embarcações que pescam nos mares do Saara não são garantidas quaisquer condições de segurança;

Considerando finalmente que o Governo português demonstrou grande irresponsabilidade face ao ocorrido, ao não divulgar oportunamente o ataque ao pesqueiro, de que tinha conhecimento, fazendo-o apenas 24 horas depois porque instado nesse sentido pela Federação dos Sindicatos das Pescas;

Os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PCP propõem que a Assembleia da República, reunida em plenário no dia 17 de Outubro de 1983, decida aprovar o seguinte voto:

A Assembleia da República manifesta o seu pesar pela morte dos 2 pescadores portugueses a bordo do *Diss*;

Recomenda ao Governo que sejam tomadas as medidas necessárias ao pagamento das indemnizações às famílias enlutadas;

Reclama a adopção das providências adequadas no sentido da garantia da segurança das vidas dos pescadores das embarcações que exercem a sua actividade nos referidos mares.

O voto de protesto apresentado pelo Partido «Os Verdes» é do seguinte teor:

Vários órgãos de comunicação social, movimentos de opinião pública mundial em defesa da paz, têm denunciado das mais diversas formas a instalação de mísseis na Europa e a escalada armamentista em todo o mundo. A paz e o desarmeamento são questões fundamentais para a defesa da existência da própria Humanidade. Os jovens, os pais e as mães da Europa e de todo o mundo estão vivamente preocupados com o futuro.

Na RFA milhares de pessoas de todos os quadrantes políticos, com destaque para os jovens, têm-se manifestado contra a instalação dos mísseis *Pershing* e *Cruise*.

Junto a diversas instalações militares norte-americanas têm-se realizado manifestações que foram objecto de uma brutal e inqualificável repressão, com centenas de prisões.

O Movimento Ecologista Português, Partido «Os Verdes», fiel ao seu programa que defende o desarmamento total e a resolução dos problemas mundiais, pela via do diálogo e da gestão justa e racional dos recursos naturais de cada

país, em colaboração democrática e científica com os demais povos do mundo, solicita que seja aprovado o seguinte voto:

A Assembleia da República protesta de forma veemente contra tais prisões e afirma inequivocamente que a paz na Europa e no Mundo é possível sem a corrida aos armamentos e a instalação do maior potencial destruidor na Europa.

Foi também apresentado pelo PSD um voto de protesto acerca do atentado bombista verificado no Ministério do Trabalho, que é do seguinte teor:

Os deputados abaixo assinados, tendo tomado conhecimento do atentado bombista verificado ontem no Ministério do Trabalho e que danificou especialmente a área de atendimento dos emigrantes, vêm propor um voto de veemente repúdio por parte desta Assembleia para com a prática de tais actos inadmissíveis num Estado democrático e de direito. Mais exigem que os órgãos competentes evidem os maiores esforços para a detecção e punição rigorosa dos autores de tais acções de modo que, pelo exemplo, se desincentive definitivamente a execução de qualquer tipo de acção violenta no nosso País.

Finalmente, 3 votos acerca da atribuição do prémio Nobel da Paz a Lech Walesa, apresentados pelo CDS, pelo PS e pelo MDP/CDE, cujos textos são do seguinte teor:

Acaba de ser atribuído a Lech Walesa o Prémio Nobel da Paz.

Este galardão, pela sua natureza e importância, ultrapassa a dimensão individual e nacional do galardoado e traduz o reconhecimento generalizado da importância universal da sua acção.

O combate hesitante travado na Polónia por Lech Walesa e pelo Solidariedade na defesa de valores cristãos fundamentais da liberdade e da justiça contra as forças do totalitarismo é agora reforçado pela atribuição do Prémio Nobel da Paz.

A acção de Lech Walesa demonstra que só há verdadeira paz com liberdade e com justiça social e que ambas só são possíveis quando se acredita em valores morais.

A Assembleia da República congratula-se pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a esse sindicalista polaco e saúda nele todos os que, com coragem e determinação, procuram, apesar de todas as dificuldades, promover a dignidade da pessoa humana, institucionalizar os direitos fundamentais dos trabalhadores e contribuir para a democracia e para a liberdade.

A atribuição do Prémio Nobel da Paz ao sindicalista polaco Lech Walesa constitui um justo e merecido galardão pelo que representa de reconhecimento no papel preponderante que aquele dirigente sindical tem desempenhado na luta dos trabalhadores polacos pelos direitos e liberdades sindicais, instrumento fundamental para implementação de um sistema político, económico e social em que a fraternidade e a justiça social sejam uma prática consagrada.

A distinção de que Lech Wałęsa foi alvo tem, subjacente, um alto valor simbólico: nela se podem rever todos os militantes do movimento sindical internacional que pugnam pela defesa e existência da democracia e dos valores fundamentais em que se consubstancia, pois a luta da classe operária polaca é a mesma luta que o movimento operário internacional trava onde as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores são negados ou reprimidos, independentemente dos continentes, países ou regimes políticos onde tal se verifica.

A aprovação pela Assembleia da República do presente voto de congratulação reveste-se de particular significado pela mensagem de esperança que dirige aos milhões de trabalhadores polacos que imparavelmente engrossam o sindicato Solidarność, exortando-os a prosseguir as suas justas reivindicações até que os seus direitos sejam reconhecidos, recordando-lhes que o povo português, vítima de uma ditadura de 48 anos, vive hoje em democracia e em liberdade.

Considerando que a luta dos trabalhadores é em todo o mundo uma força de transformação e de paz;

Considerando que a luta operária tem como únicas armas a greve, o diálogo, a resistência, o sacrifício, um forte sentido de classe e a fraternidade;

Considerando que a luta dos trabalhadores em Portugal se reveste, neste momento, de extraordinária importância para a manutenção da democracia;

Os deputados abaixo assinados propõem à Assembleia da República o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia da República congratula-se pelo Prémio Nobel da Paz deste ano não ter sido atribuído a uma individualidade, mas ter reconhecido a força universal que representa hoje o movimento sindical em prol do progresso e da paz.

**O Sr. Presidente:** — A votação vai proceder-se pela ordem de entrada na Mesa, que não foi aquela pela qual foi lida.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Dá-me licença que faça uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Fiquei com a ideia de que na reunião de líderes tinha havido consenso no sentido de se inverter a ordem do período de antes da ordem do dia e começar este período pela apreciação e votação dos votos pendentes.

**O Sr. Presidente:** — Com escrito, a princípio foi esse o entendimento, mas, depois, e foi esta a ideia com que fiquei, ficou decidido que, em primeiro lugar, se fariam as declarações políticas e só depois a votação dos votos, com o consentimento da Assembleia de que o período de antes da ordem do dia só terminaria, excepcionalmente, após a votação desses votos.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Foi, aliás, nesse sentido que se pronunciou a reunião dos presidentes dos grupos parlamentares.

No que se refere ao período da ordem do dia, ficou assente que seria preenchido, em primeiro lugar, pela apresentação do projecto de lei n.º 213/III, do PS, sobre a Lei Quadro do Ambiente e Qualidade de Vida. Em seguida, será feita a apresentação do projecto de lei n.º 197/III, do CDS, sobre a Agência Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. Finalmente, será feita a apresentação conjunta, pelo PCP, do projecto de lei n.º 82/III, que garante a protecção jurídica às pessoas em união de facto nas condições previstas no artigo 2020.º do Código Civil, do projecto de lei n.º 96/III, que garante a todas as crianças do ensino obrigatório o direito a um suplemento alimentar completo, e do projecto de lei n.º 158/III, que garante aos contribuintes casados e não separados judicialmente de pessoas e bens igualdade de tratamento em matéria de imposto complementar. Trata-se, pois, somente, da apresentação destes projectos de lei.

Esta alteração da ordem de trabalhos implica o necessário consentimento por parte do Plenário, para que ela possa ser executada. Nesse sentido, se não houver objecção do Plenário, assim se fará.

*Pausa.*

Não havendo objecção, é esta, portanto, a ordem de trabalhos do dia de hoje.

Vai proceder-se à leitura do expediente.

*Deu-se conta do seguinte*

#### Expediente

##### Ofícios

Da CGTP-IN a remeter fotocópia do ofício que envidou ao Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, referente ao projecto de decreto-lei sobre o direito de negociação dos trabalhadores da Administração Pública e a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho.

Da comissão de trabalhadores da Standard Eléctrica e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Norte, enviando moções nas quais repudiam a Lei dos Despedimentos (*Lay-off*).

Da Assembleia Municipal da Azambuja e da comissão de trabalhadores da Petrogal, remetendo moções nas quais repudiam o decreto-lei sobre a suspensão ou redução temporária da prestação de trabalho.

Da Junta de Freguesia de Antime, Fafe, e da Assembleia de Freguesia de Afife, transcrevendo moções, solicitando o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais.

Da Assembleia de Freguesia de Palhais, Barreiro, e da Assembleia Municipal do Concelho de Alenquer, com moções nas quais manifestam o seu apoio à grande jornada mundial a favor da paz.

Da Assembleia de Freguesia de Creixomil, a enviar uma moção na qual se manifesta contra a criação do concelho de Vizela.

Da Junta de Freguesia de Odivelas, a enviar uma moção, solicitando aos organismos responsáveis a instalação de um cartório notarial e de uma conservatória do registo civil naquela localidade, por a sua falta ser cada vez mais sentida pela população.

Do Conselho das Comunidades Portuguesas de França, a enviar um comunicado sobre a forma como a RTP tratou a informação da jornada do dia 7 de Agosto, realizada pelo *Jornal do Fundão*.

#### Telegrama

Do Sindicato Nacional dos Enfermeiros, manifestando o seu descontentamento pela nomeação da enfermeira Mariana Dinis Sousa para um alto cargo do Ministério da Saúde.

#### «Telex»

Do Sindicato dos Pescadores e da Liga dos Pequenos Armadores de Setúbal, manifestando o seu repúdio pela saída definitiva do posto médico do edifício dos pescadores, onde funcionava há mais de 40 anos.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Foram apresentados na Mesa, nas últimas reuniões plenárias, os requerimentos que a seguir vou indicar:

Na reunião do passado dia 17 de Outubro: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Espadinha; ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado António Mota; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado João Corregeror da Fonseca; ao Ministério do Comércio e Turismo, formulado pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira; ao Ministério das Finanças e do Plano, formulado pelos Srs. Deputados Anselmo Ansbal e Jerônimo de Sousa; aos Ministérios da Indústria e Energia e das Finanças e do Plano (2), formulados pelo Sr. Deputado Silva Marques; ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação (6), formulados pelo Sr. Deputado Soares Cruz; a vários Ministérios (2), formulados pelo Sr. Deputado José Vitorino; ao Ministério das Finanças e do Plano, Câmara Municipal de Sintra, Junta Autónoma de Estradas e Electricidade de Portugal (2), formulados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota.

Na reunião do passado dia 18 de Outubro: ao Governo (2), formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo; ao Ministério da Qualidade de Vida, formulado pelo Sr. Deputado Furtado Fernandes; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso; à Secretaria de Estado do Turismo, formulado pelos Srs. Deputados Antunes da Silva e Pereira Lopes; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Jaime Ramos.

Por sua vez, o Governo respondeu aos requerimentos que haviam sido apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Álvaro Brasileiro, Rogério de Brito e João Alberto Rodrigues, na sessão de 28 de Junho; Daniel Bastos, João Teixeira e Abílio Guedes, na sessão de 12 de Julho.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta altura, em que se realiza em Portugal, numa das ilhas atlânticas, o Colóquio Internacional sobre os Direitos do Homem, não será inoportuno trazer a esta Assembleia a mesma questão dos direitos humanos, não numa perspectiva abstracta, mas reportando-me a uma situação bem concreta vivida num país das fronteiras da Europa.

Quer-nos o Governo fazer ingressar na Europa da CEE e aqui contará com o apoio da esmagadora maioria dos portugueses, a fazermos fá na coincidência dos decisões de voto com os programas eleitorais apresentados ou com uma razoável percentagem, que ultrapassará mesmo os 30 %, a fazermos fá nas sondagens eleitorais.

Mas há Europa ou há Europas? Da Europa do Mercado Comum à Europa do Pacto de Varsóvia, da desenvolvida e por vezes gélida Escandinávia à cálida e menos desenvolvida Europa mediterrânea, a diversidade é a regra, para além de uma certa unidade cultural e da continuidade geográfica. Não vos venho hoje falar disso, não vou sequer debater ou bater na adesão à CEE, tão-pouco falar do respeito pelos direitos humanos na Europa de Leste, não vou abordar a complexa problemática das reduções de mísseis no teatro europeu, mas referir-me a um país que nas fronteiras da Europa tem estado militarmente e de certa forma politicamente ligado à Europa, mas onde a regressão a tempos de incivilização ameaça frequentemente voltar.

As forças democráticas e as forças reaccionárias turcas travam desde há muito tempo, com resultados variáveis, um combate em que as tréguas têm sido reduzidas. Desde a queda do Império Otomano e a instauração da República Turca, as instituições democráticas têm sofrido abalos, as liberdades têm sido periodicamente metidas entre parênteses. Apesar das deficiências do regime democrático, apesar da corrupção no aparelho de Estado e do analfabetismo nos campos, as forças políticas turcas mais representativas emergem periodicamente da obscuridade e tentam dar um maior ou menor conteúdo democrático ao formalismo institucional.

Mas o exército vigia, ou melhor, as forças armadas vigiam!

A democracia turca, nos seus períodos de vivência, tem estado quase sempre em liberdade vigiada. O exército, um exército da NATO, intervém periodicamente com o enunciado intuito de salvar o país. Até agora, por diversas vezes, o formalismo das instituições democráticas veio a ser restabelecido, os militares voltaram aos quartéis, o povo pôde voltar a votar. Ainda que por vezes, nos interregnos ditoriais, tenham rolado cabeças, não no sentido figurado a que certos periodistas nos habituaram, mas sim num terrífico sentido literal.

E agora, Evren? General da NATO, não parece querer respeitar, a não ser de maneira formal, a regra do retorno periódico ao funcionamento democrático. Mas, para além da referência global às condições de regresso à democracia na Turquia, eu queria abordar agora um caso particular mas relevante, localizado mas significativo.

E é o da história da condenação à morte pedida para Fikri Sonmez, que em 1979 venceu as eleições para o Município de Fatsa. E não só para este presidente da Câmara, mas para mais 263 dos acusados, habitantes do Município de Fatsa, foi pedida a pena máxima, acusados do grave crime de defenderem as instituições democráticas, de quererem dar conteúdo real à democracia local.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

**O Orador:** — Processo pois que se junta aos processos instaurados a milhares de sindicalistas e de professores, a centenas de políticos, advogados e jornalistas, num país onde a tortura aos prisioneiros está a ser a regra, e não a exceção, de acordo com todas as notícias que nos chegam pelas mais variadas formas.

Anunciam os militares turcos que vão realizar eleições. Pressionados por factores internacionais e designadamente pelo Conselho da Europa. Mas o que têm feitos militares dirigidos por Evren para restabelecerem as formalidades democráticas?

Recusam aos principais partidos turcos, o de Demirel, mesmo sob outro nome, já que de Partido da Justiça tentou passar a da Justa Via, e o próximo de Ecevit, que engloba sociais-democratas e socialistas, a sua legalização, sobre absurdos pretextos e regras, introduzidas apenas para dificultarem a cristalina expressão da vontade popular. Para já não falar da autorização que nunca pensaram dar a organizações à esquerda dos partidos turcos de maior expressão popular. Só poderão concorrer então a Democracia Nacionalista, o Partido da Mãe-Pátria e o Partido do Povo. Será, pois, uma mascarada de democracia limitada a succder-se à clara ditadura que tem vigorado na Turquia.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

**O Orador:** — Bastará dizer que os partidos legalizados são dirigidos pelo actual primeiro-ministro, por um seu adjunto e por um anterior adjunto. Em suma, uma mascarada mal organizada.

Em 16 de Setembro último, Demirel, ex-primeiro-ministro, dirigente do Centro-Direita Turco (actualmente ilegalizado) dizia:

Os generais abandonando a luta contra os anarquistas e os terroristas, declararam a guerra aos partidos políticos, aos homens de Estado e à imprensa independente [...] Criaram 3 partidos que dizem representar 3 ideologias diferentes. Assistimos a uma opereta, em que a junta militar distribui os papéis, a música de fundo é uma marcha e o cenário uma caserna. Baionetas são os acessórios. O título da peça é a «falsificação da democracia».

Para Demirel, assim, «o evrenismo» realizou o modelo de fascismo para 1983. «A ideia de base dos militares é que, neste regime a base do Estado seja o exército. Os partidos serão um meio e estarão às ordens do exército. Os partidos não servirão nem para representar ideias nem para assegurarem a participação do povo no governo [...] Os partidos serão sim instrumentos para instalar no parlamento e no governo os que exercerão as suas funções em representação do exército.»

Citei palavras de Demirel, que ainda pôde fazer declarações, já que outros não o têm podido. Mesmo assim, Demirel esteve preso e só foi libertado por pressões internacionais. O antigo primeiro-ministro Ecevit esteve também detido por diversas vezes, tal como, segundo dados que nos chegam, 15 000 professores, 3000 sindicalistas, 300 políticos, advogados e jornalistas têm processos instaurados, com os mais variados pretextos, mas que se resumem numa acusação essencial: o amor à liberdade.

No que concerne ao julgamento de Fikri Sonmez e dos seus concidadãos de Fatsa, já mais de 3 centenas de municípios europeus e algumas dezenas de municípios portugueses manifestaram a sua preocupação pela sorte do presidente da Câmara de Fatsa e dos seus concidadãos, designadamente daqueles para quem é pedida a pena de morte. Em Portugal, do Algarve ao Minho, do Alentejo às Beiras, numerosos municípios se têm manifestado. Guimarães e Nelas, Beja e Lisboa, Famalicão e Castro Verde, Palmela e Montemor-o-Velho, Santarém e Silves, são alguns dos concelhos com órgãos autárquicos, regendo-se por orientações políticas bem diversas, que entre dezenas de municípios portugueses já expressaram a sua solidariedade com os acusados de Fatsa. E quanto a dados sobre este julgamento, melhor do que eu, o Sr. Deputado António Taborda, do MDP/CDE, que esteve recentemente na Turquia e teve a oportunidade de assistir a audiências do processo de Fatsa, poderá vir a testemunhar nesta Assembleia o que viu e como os direitos humanos são respeitados na Turquia!

Ulteriormente, depois da nossa reflexão estou certo de que um voto, a ser internacionalmente difundido, poderá vir a merecer a aprovação, que gostaria fosse por esmagadora maioria ou por unanimidade desta Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitos de nós certamente têm recebido informações recentes sobre a situação na Turquia, ou inclusivamente contactado com a delegação do Comité Europeu para a Defesa dos Refugiados e Emigrados que se encontra no nosso país. Assim, não será surpresa a referência aos maciços processos instaurados a mineiros e outros sindicalistas turcos, em relação aos quais já organizações sindicais portuguesas têm elevado a sua voz condenatória.

Mais surpreendente poderá ser a necessidade de expressar aqui uma preocupação pela extradição de refugiados turcos na Alemanha, provocada pela aceitação de um deliberado equívoco cometido pelas autoridades turcas entre crimes comuns e delitos políticos ou de opinião. Processos de extradição que têm merecido numerosos protestos, incluindo um apresentado hoje mesmo no Conselho da Europa.

Esta Assembleia da República, Parlamento de um país democrático, de um país que faz de certa forma parte da Europa política (pela sua integração nas estruturas do Conselho da Europa) e que visa, tal como a Turquia, entrar na CEE, tem obrigação, em nosso entender, de se debruçar sobre estas questões. E de reflectir sobre o que se passa na Turquia, sobre os graves atentados aos direitos humanos aí perpetrados, ao mesmo tempo que os salários reais descem, o desemprego aumenta e as estatísticas do rendimento *per capita* empurram novamente a Turquia para a orla dos países subdesenvolvidos.

Que podemos nós fazer, face aos julgamentos de Fatsa, às prisões de sindicalistas, à mascarada pseudo-democrática que se prepara na Turquia? Pois, reflectirmos, por exemplo, em que os representantes da França, Dinamarca, Suécia, Holanda e Noruega na Comissão dos Direitos Humanos do Conselho da Europa já propuseram que os novos representantes dos parlamentares turcos não sejam reconhecidos e, desenvolvendo-se assim, por várias formas, uma campanha de solidariedade a nível europeu, nós não poderemos, penso que nós não deveremos, ficar indiferentes.

Os nossos autarcas não estão indiferentes, nós, parlamentares, não poderemos estar.

Recebi agora a notícia de que hoje mesmo, para discussão esta tarde, foi apresentada à Conferência do Poder Local do Conselho da Europa uma proposta subscrita por toda a delegação portuguesa a essa Conferência, na qual se exprime a preocupação pelo não reconhecimento do direito de asilo e se lamenta o mau acolhimento que têm tido nalguns países os refugiados da Turquia e em que se manifesta a preocupação pelo julgamento de Fatsa e ainda pela política de extradição que relativamente aos cidadãos turcos está a ser seguida pela RFA.

Propondo-se:

Solicitar a todas as câmaras da Europa que apoiem os refugiados turcos;

Que sejam suspensos todos os pedidos de extradição formulados pelas autoridades turcas;

Que seja concedido de imediato o direito de asilo aos refugiados turcos;

Que cessem as atitudes discriminatórias relativas a emigrantes turcos;

Que seja solicitado à Comissão Cultural do Conselho da Europa para que proceda ao estudo dos processos de acolhimento aos refugiados turcos.

Esta proposta, além de ser subscrita por todos os membros da delegação portuguesa, que integra o presidente do Governo Regional dos Açores, os presidentes (ou seus substitutos) das Câmaras de Cascais, Sousel e Vila Real (do PSD), das Câmaras da Guarda e Torres Vedras (do PS), da Câmara de Aveiro (do CDS) e da Câmara de Évora (do PCP), foi ainda assinada por delegados italianos, espanhóis, franceses, holandeses e britânicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou terminar! Espero não ter distraído esta Assembleia das suas ingentes preocupações com os magnos problemas nacionais. Mas sensível que também sou à falta de democracia noutros países, ao desrespeito pelos direitos humanos, onde quer que ele se verifique, não poderia deixar de expressar aqui a minha preocupação e a condenação dos deputados da UEDS pela situação sumariamente referida, actualmente suportada pelo povo turco e pelas suas sequelas no plano europeu.

Termino, manifestando a nossa disponibilidade para nos associarmos a parlamentares de outros partidos na apresentação de um voto sobre este assunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É necessário defendermos a liberdade onde quer que ela esteja ameaçada! Só assim as nossas convicções democráticas poderão expressar a coerência universalista que nos anima!

*Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, da ASDI e do Deputado do MDP/CDE António Taborda.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Congratulo-me com o facto de o Sr. Deputado Hasse Ferreira ter trazido esta questão à Assembleia da República. E congratulo-me, tanto mais quanto é certo que os deputados da delegação portuguesa no Conselho da Europa foram os primeiros, juntamente com os deputados espanhóis, a denunciar a situação existente na Turquia.

Trata-se de uma questão que diz respeito a toda a Europa democrática e que se está a transformar num verdadeiro escândalo e num grave precedente.

É óbvio que a Turquia não é mais um regime democrático. A Turquia vive sob ditadura militar e a Constituição que foi adoptada não é uma constituição democrática, mas uma constituição que consagra a exceção como regra. É óbvio que os direitos do homem não são respeitados. Há centenas de pessoas presas sem culpa formada, há torturas, pena de morte e assassinatos políticos — um autêntico terrorismo de Estado. É óbvio que as próximas eleições serão uma farsa, uma farsa que não vai conduzir a um processo de democratização da Turquia, mas sim à constitucionalização ou institucionalização da ditadura militar ali existente.

Isto mesmo foi o que os deputados portugueses Sottomayor Cardia e Rudolfo Crespo, bem como eu próprio, denunciaram recentemente no Conselho da Europa.

É óbvio também que a manutenção da Turquia no Conselho da Europa constitui um escândalo e um precedente que retira credibilidade moral e política a uma velha instituição europeia que é o bastião da defesa dos direitos do homem e da democracia na Europa. É um precedente, na medida em que constitui um encorajamento para outras tentações aventureiras, putchistas e militares noutros países da Europa.

Esta situação tem sido denunciada, quase em bloco, pela delegação portuguesa no Conselho da Europa. Recentemente, votámos a favor de uma resolução que vai impedir que os deputados saídos das próximas «eleições» possam ser reconhecidos no Conselho da Europa. Mas isso não basta. A nossa posição, pelo menos a dos deputados socialistas e sociais-democratas presentes no Conselho da Europa, é a de que em relação à Turquia chegou a hora da verdade. E a verdade é que a Turquia não reúne as condições para poder permanecer na Europa dos 21 ou Conselho da Europa.

Por isso, o que eu queria perguntar ao Sr. Deputado Hasse Ferreira é se está ou não de acordo que os deputados portugueses no Conselho da Europa reforcem a sua posição no sentido de ser aplicado o artigo 8.º e desencadeado o processo que conduz à expulsão da Turquia desse Conselho.

*Aplausos do PS, do PSD, do PCP, da UEDS, da ASDI e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hasse Ferreira, há mais Srs. Deputados inscritos para formularem pedidos de esclarecimento. V. Ex.<sup>a</sup> deseja responder já ou no fim?

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, penso que é de realçar a oportunidade desta intervenção política sobre uma questão tão candente como é a da situação que hoje se vive na Turquia. E, particularmente, quando — e como aqui já foi referido — se assiste a todo um processo que poderá levar a que, no próximo mês, na Turquia, se realizem pseudo-eleições, através dos quais nada mais se pretende do que perpetuar um regime. Regime esse que, como sabemos, tem levado a todo o tipo de situações como aquelas que já foram descritas, que leva à perseguição dos cidadãos e que leva a que os partidos não possam exercer livremente as suas actividades, acontecendo o mesmo relativamente aos sindicatos, à imprensa, etc. Situações que têm levado à perseguição, à condenação, à tortura, de milhares de cidadãos e mesmo à morte de alguns deles. Por isso, todos nós nos devemos levantar contra a situação de opressão que se vive nesse país. Daí a oportunidade desta declaração política que a UEDS aqui fez.

De qualquer maneira, gostaria de realçar duas questões.

A primeira é a de que não podemos deixar de referir aqui uma questão que se liga directamente com a própria Turquia e que é a situação que hoje se vive em Chipre, em que uma potência — a Turquia — ocupa militarmente mais de um terço desse país. É uma situação que deve terminar, e terminar rapidamente. A este propósito, não podia deixar de chamar a atenção para a importância de uma conferência que vai ter lugar neste fim-de-semana, em Portugal, em que personalidades de todas as correntes políticas — poderia dizer assim — se associam no sentido da denúncia desta ocupação militar, pela Turquia, de um país livre, que é o Chipre.

Quanto a uma outra questão que aqui foi levantada e que penso que é da maior importância também, refere-se às posições que os deputados portugueses têm tomado no Conselho da Europa. A este respeito gostaria de fazer umas breves considerações.

Penso que, no fundamental, as posições dos deputados portugueses no Conselho da Europa têm sido positivas, têm avançado alguma coisa no sentido da condenação da Turquia, pese embora — e um pouco contrariamente àquilo que aqui foi referido anteriormente — o facto de na última reunião de Estrasburgo a delegação portuguesa não ter ido tão além quanto seria desejável, em comparação mesmo com o que já fez em sessões anteriores.

Penso que o Conselho da Europa tomou algumas medidas positivas, nomeadamente no sentido do não reconhecimento dos futuros «eleitos» a sair das próximas «eleições» na Turquia. Mas já quanto a outras duas situações, que seriam bastante importantes, elas não só não foram aprovadas, como não mereceram o voto favorável dos deputados portugueses, com exceção do deputado comunista presente.

Refiro-me, particularmente, a uma proposta, vindas de uma deputada grega, no sentido de fazer que os países de acolhimento dos refugiados turcos os acolhessem condignamente, não os expulsassem, não

os repatriassem. Essa proposta não teve acolhimento, e não teve mesmo o acolhimento de alguns deputados portugueses.

O mesmo aconteceu relativamente a uma proposta do deputado socialista belga, Dejardin, que apresentou uma proposta no sentido de que fossem accionados os mecanismos previstos no artigo 8.º do Regulamento do Conselho da Europa, isto é, a suspensão da Turquia como membro do Conselho da Europa. Com excepção do deputado comunista, nenhum outro deputado presente votou favoravelmente essa proposta do deputado Dejardin. Penso que este facto foi bastante negativo — foi mesmo um retrocesso em relação a posições anteriores —, pelo que de futuro deveremos tentar que a nossa posição de condenação seja bastante mais firme, de forma que leve, de uma vez por todas, à suspensão da Turquia do Conselho da Europa.

*Entretanto, tomou assento na bancada do Governo o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Armando Lopes) e assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Luís Nunes.*

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo, V. Ex.ª pediu a palavra para que efectuasse?

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Para fazer também um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Manuel Alegre também pediu a palavra, mas a Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo tem prioridade.

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Como queira, Sr. Presidente. Se o Sr. Deputado Manuel Alegre quiser intervir desde já, faça favor de o fazer. O Sr. Deputado Manuel Alegre é o chefe de delegação e, por isso, acho bem que o Sr. Presidente lhe dê a palavra em primeiro lugar.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo, só posso dar a palavra por ordem de inscrição. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo.

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Junto a minha voz à voz do Sr. Deputado Hasse Ferreira, da UEDS. Na verdade, as eleições que se vão realizar na Turquia, no mês de Novembro, não constituem senão uma mascarada, uma encenação, procurando dar ao mundo livre a ideia de que na Turquia se fazem eleições livres. Todavia, devo dizer que tem havido uma posição unívoca da delegação portuguesa condenando abertamente o regime turco. Essa posição tem sido diversas vezes manifestada. Ainda na última sessão do Conselho da Europa eu própria, na reunião plenária da Comissão dos Assuntos Jurídicos, tive ocasião de condenar, de uma forma absoluta, todas as formas dilatórias de contemporização para com o regime turco, exigindo mesmo a aplicação do artigo 8.º do Estatuto do Conselho da Europa. Devo dizer que essa minha posição pode ser, aliás, consultada no próprio *compte rendu* dessa reunião da Comissão de Assuntos Jurídicos. Portanto, não é verdade que nem todos os deputados se tenham pronunciado, porque, nomeadamente, o deputado do PSD pronunciou-se de uma forma bem clara e expressa.

Por outro lado, devo dizer que essa mesma posição foi sempre a seguida pelo meu grupo parlamentar, pelos deputados que fazem parte da delegação portuguesa, e é evidente que a nossa condenação será expressa sempre que houver violação dos direitos humanos, seja na Turquia, seja em qualquer outro país do Mundo, sempre que não houver liberdade de expressão, não houver liberdade de reunião, não houver liberdade de associação, de constituição de sindicatos, sempre que haja perseguições, sempre que haja massacres, sempre que, em suma, todos os direitos humanos sejam violados, a nossa voz será sempre a voz ouvida. Devo dizer ao Sr. Deputado do PCP que ele, por certo, deve estar equivocado quanto aos aspectos que referiu, relativamente a propostas que foram apresentadas, pois as coisas não se passaram nos termos que ele anunciou.

*Aplausos do PSD e PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Manuel Alegre, tem a palavra.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não queria dar a esta questão o carácter de competição partidária, porque a minha preocupação tem sido a de que a delegação portuguesa ajude em termos nacionais e em termos democráticos. Mas já que, infelizmente, o Sr. Deputado Joaquim Miranda trouxe o problema para essa dimensão, ou lhe deu essa dimensão de competição partidária, tenho de fazer algumas precisões.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado sabe que eu não estava presente quando se fez a votação sobre o problema dos refugiados, uma vez que tive de regressar a Lisboa para participar no congresso do meu partido.

Em relação ao problema da expulsão da Turquia, tenho também de fazer uma precisão. É que foram deputados portugueses, do PS e do PSD, os que primeiro levantaram e propuseram a aplicação do artigo 8.º, ou seja a expulsão da Turquia. Nessa altura, nós fomos derrotados na votação, e eu tenho que reavivar a memória do Sr. Deputado ao lembrar-lhe que na votação da nossa proposta de expulsão da Turquia os deputados presentes do PCP abstiveram-se.

**Vozes do PSD:** — Oh!... Oh!...

**O Orador:** — Congratulo-me que tenham mudado de posição. Quero aqui apenas fazer esta precisão: foram deputados do PS e do PSD os que primeiro levantaram o problema da expulsão da Turquia.

Se votámos favoravelmente esta última resolução, foi por razões de natureza política, de natureza táctica, porque ela representava um avanço qualitativo em relação a outras resoluções, e é de certa maneira um passo importante que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tenha decidido no sentido de não reconhecer os «deputados» saídos do próximo acto eleitoral. Isto não nos levará a abdicar da nossa posição, e, se ninguém mais o fizer, nós com certeza, na próxima reunião plenária da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, voltaremos — como já o fizemos — a propor a aplicação do artigo 8.º, ou seja que

se desencadeie o processo de expulsão da Turquia. Esperamos que desta vez — em consonância e em coerência com o que o Sr. Deputado aqui acaba de dizer — os Srs. Deputados não se abstenham e votem em conjunto com os deputados do PS e do PSD.

*Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

**O Sr. António Taborda (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hasse Ferreira: Congratulo-me que V. Ex.ª tenha levantado hoje, aqui, o problema da Turquia. Estou plenamente de acordo com todos os considerandos que fez. Devo também felicitá-lo, porque sei que foi V. Ex.ª quem propôs na Câmara Municipal de Lisboa o voto de solidariedade com o antigo Presidente da Câmara, com os vereadores, com todos os membros das juntas de freguesia e até com todos os funcionários municipais da vila turca de Fatsa, que se encontram presos e a responder no julgamento em Amasya. Foi V. Ex.ª quem fez essa proposta e que conseguiu que ela fosse aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa, que foi a primeira câmara de uma capital da Europa a tomar essa posição, embora haja já, neste momento, para cima de 300 câmaras europeias que tomaram uma posição idêntica.

Queria também lembrar aqui, a propósito do Conselho da Europa, que o primeiro deputado que no Parlamento Europeu levantou o problema da Turquia e que se bateu, ardorosamente, para a expulsão da Turquia foi a nossa antiga colega deputada, arquitecta Helena Roseta. Ela continua bastante sensibilizada para este problema, e foi ela quem levou a moção que hoje está a ser discutida num dos comités do Conselho da Europa. Isto parece-me que é, de certo modo, bastante encorajador para todos os que lutam para que acabe esta situação de exceção que se vive na Turquia.

Queria terminar com uma pergunta ao Sr. Deputado Hasse Ferreira. V. Ex.ª falou nas eleições e falou nas execuções que já foram feitas. Como V. Ex.ª sabe, foram já condenadas 300 e tal pessoas à morte e executadas 48, havendo 5362 penas de morte pedidas nos vários processos. Mas, mesmo assim, tenta a Junta Militar Turca fazer o que eu chamo uma «cosmética democrática». Saiba V. Ex.ª que quando se realizou o referendo para a constituição imposta pela Junta, havia dois tipos de votos: um branco, que era o «sim», e um voto azul, que era o «não». Estes votos eram metidos em sobrecritos transparentes, pelo que qualquer pessoa podia saber qual era o sentido de voto do eleitor. Não sei se é assim que se vão fazer as eleições para o futuro Parlamento. Sabemos todos que apenas 3 partidos, que são dependentes directamente da Junta Militar, podem concorrer a essas eleições e que, portanto, não são representativos.

A pergunta que lhe faço é se acha que este contexto, pelo menos na parte eleitoral, tem ou não uma certa similitude com o contexto que se vivia em Portugal, antes de 25 de Abril, com o partido único ao serviço também, só, de um homem forte.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar quero dizer que, quanto àquilo que referi, não se trata, de maneira nenhuma, trazer para esta Câmara uma questão de competição partidária. Pelo contrário, nós congratulamo-nos vivamente com o facto de haver uma unidade, pelo menos bastante firme — pelo que aqui se diz —, em torno desta questão central da expulsão da Turquia do Conselho da Europa. E vamos mais longe, em termos de assegurar mesmo que, da nossa parte, estamos completamente disponíveis para, conjuntamente com os outros partidos, accionarmos os mecanismos necessários para apresentarmos uma proposta de suspensão da Turquia do Conselho da Europa. Estamos disponíveis para isso e pensamos que seria um bom passo que poderíamos dar. O que quis referir — e isto agora dirige-se, quer para o Sr. Deputado Manuel Alegre, quer para a Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo — foi que na última reunião em Estrasburgo uma proposta nesse sentido foi apresentada, de facto, pelo deputado socialista belga Dejardin, havia deputados de todas as bancadas no plenário, mas o único que votou essa proposta, que visava uma recomendação ao Conselho de Ministros no sentido da suspensão da Turquia, foi de facto um deputado comunista. Os outros ou se abstiveram ou votaram contra essa proposta do deputado socialista belga, Dejardin, e não foi, assim, aceite no Conselho da Europa. Não quis estender esta minha afirmação ao facto de numa comissão, como a Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo referiu, ter a Sr.ª Deputada tomado posição contra a presença da Turquia no Conselho da Europa. Sabemos isso perfeitamente, mas o que eu disse foi que em plenário isso não aconteceu.

Por outro lado, gostaria de esclarecer algumas outras afirmações que aqui foram feitas.

O Sr. Deputado Manuel Alegre referiu que o PSD e o PS terão sido os primeiros a levantar o problema da suspensão da Turquia no Conselho da Europa. Quero dizer-lhe que isso não é correcto, porque ainda antes de o Sr. Deputado Manuel Alegre pertencer ao Conselho da Europa, outro deputado, o meu camarada Carlos Carvalhas, que está aqui presente, foi precisamente o primeiro a levantar no Conselho da Europa o problema da suspensão da Turquia.

Portanto, esse problema não se coloca, e, para terminar, gostava de dizer que o que importa não é tanto esta questão da competição partidária: o mais importante é reforçarmos esta unidade, que parece existir — e esperemos bem que sim —, para accionarmos os mecanismos no sentido de, em uníssono, fazermos que a Turquia seja suspensa do Conselho da Europa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira para responder às interpelações que lhe foram feitas.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Queria congratular-me, em primeiro lugar, com as intervenções, sob a forma de pedidos de esclarecimentos, dos Srs. Deputados Manuel Alegre, Joaquim Miranda, Amélia de Azevedo e António Taborda e agradeço as amáveis referências feitas.

Vou-me referir agora às perguntas mais concretas que me foram dirigidas.

Em relação a uma pergunta concreta do Sr. Deputado Manuel Alegre, pessoalmente estou de acordo com a

aplicação do artigo 8.º à Turquia, no sentido do seu afastamento do Conselho da Europa, admitindo até que tal facto — e penso que será outro aspecto, além de todos os aspectos que ele apontou e que me parecem importantes — constitua uma pressão eficaz no sentido da democratização da Turquia.

Em relação às perguntas concretas do Sr. Deputado Joaquim Miranda, diria que considero a questão de Chipre muito importante e, para além da importância da conferência a realizar este fim-de-semana, em cuja comissão convocante, aliás, se integra o líder parlamentar da UEDS, o Sr. Deputado Lopes Cardoso, julgo que os esforços e as pressões no sentido da democratização da Turquia poderão também ser um factor adicional — que não único, obviamente — para a resolução da questão de Chipre.

A proposta que procurei sintetizar no fim da minha intervenção foi apresentada, como já foi reafirmado pelo Sr. Deputado António Taborda, esta manhã, na reunião que se está a realizar na Conferência do Poder Local do Conselho da Europa, e estará — penso eu — a ser discutida esta tarde.

Em relação à pergunta formulada pelo Sr. Deputado António Taborda devo dizer que estou de acordo com ele. Considero que o referendo foi efectivamente uma mascarada e penso que a situação actual na Turquia tem algumas similitudes com o que se passava em Portugal antes do 25 de Abril. É, de facto, um fascismo com uma má coméstica democrática que não nos enganará a nós, assim como espero que não engane nenhum país democrático.

Para terminar, gostaria de dizer que espero que as posições aqui afirmadas pela maioria dos grupos parlamentares sejam um salutar prenúncio de um voto desta Assembleia da República firme e decidido, pleno de significado democrático e com repercussões internacionais.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vai realizar-se nos próximos dias 22 e 23 de Outubro, em Almada, o II Congresso Nacional de Deficientes.

Em Abril de 1980 teve lugar o I Congresso, que elaborou um relatório final que continha uma série de propostas e sugestões de trabalho que contemplavam os grandes capítulos onde se debateram os principais problemas que afectam os deficientes.

Não cabe no âmbito desta intervenção a análise e o balanço das propostas que então foram avançadas e cuja solução está para a esmagadora maioria dos problemas equacionados — no campo das miragens, sempre perseguidas, mas nunca alcançadas ...

A simples enumeração dos grandes capítulos que o relatório do I Congresso ordena dá-nos uma ideia aproximada da importância e interacção dos vários temas:

- Situação, causas e prevenção da deficiência;
- Segurança social;
- Ensino e educação especial;
- Habitação, urbanismo e transportes;
- Reabilitação profissional e trabalho;
- Tempos livres e desporto;
- Movimento associativo e integração social.

É um grande mosaico de problemas cuja solução apela para um vasto leque de organismos oficiais de ensino e segurança social, para a estreita colaboração multidisciplinar de variadíssimos ramos da ciência e da técnica e, sobretudo, para o desempenho das associações de e para deficientes e para a sensibilização da opinião pública.

O longo caminho da luta dos deficientes, desbravado pela solidariedade necessária e urgente de uma sociedade que se quer humana, democrática e progressista, tem de partir de uma definição, tão concreta quanto possível, de uma política coerente de apoio ao deficiente.

Mas a definição dessa política terá de dar resposta exacta às seguintes questões: quantos deficientes existem em Portugal? Onde vivem? Como vivem? Que apoio têm?

Deduz-se do referido relatório que nenhum organismo oficial ou particular, nenhum especialista ou estudioso nem as próprias associações de deficientes poderão responder a estas perguntas — simples, necessárias e prioritárias.

Porquê? Porque ainda não foi realizado nenhum recenseamento de deficientes!

O ano de 1981 — Ano Internacional do Deficiente — foi o ano em que se realizou o censo geral da população, não se tendo feito o censo dos deficientes, apesar de tal recenseamento ser definido pelas associações de deficientes como indispensável.

A não ser aos próprios deficientes, parece não interessar aos Governos e às estruturas oficiais de apoio ao deficiente processar tal recenseamento.

Segundo cálculos da Organização Mundial de Saúde, o número de deficientes em Portugal deverá ultrapassar o milhão.

E quantos novos deficientes todos os anos? 20 mil? 30 mil? Muito mais?

A ausência de resposta a estas perguntas bloqueia tudo e desresponsabiliza socialmente a prevenção.

A CNDD — Comissão Coordenadora dos Organismos de Deficientes — pediu em 1981 para ser reconhecida «como parceiro social» — invocando o artigo 71º da Constituição Portuguesa, que afirma que os nossos deficientes têm «o direito à vida, à reabilitação e ao trabalho».

E chegamos ao II Congresso de Deficientes (10 %, pelo menos, da nossa população) e teremos de reconhecer que o deficiente é um ser sem estatuto, sem direitos e sem lugar na nossa sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A grave crise que nos afecta — social, económica, política e moral — afecta a esmagadora maioria da nossa população, mas de maneira muito desigual.

Não podem ser os deficientes, à custa das suas condições sub-humanas, os mais afectados por tal crise — na sua qualidade de vítimas!

A solução dos problemas dos deficientes terá de ser encarada numa perspectiva mais geral de bem-estar colectivo; também é bom não esquecermos que todos nós somos potenciais candidatos à deficiência — permanente ou temporária.

É urgente e necessário desmistificar a ideia de que a grande maioria dos deficientes necessita de ambientes destinados só para si.

Poderíamos multiplicar os exemplos para aprovar esta ideia, mas bastará citar os reflexos positivos da

integração tão precoce quanto possível das crianças deficientes nas instituições regulares para as crianças ditas normais — creches, jardins-de-infância, etc.

Também no campo do urbanismo e transportes, a formação dos espaços e da circulação na via pública terá de ser reconhecida como um direito dos deficientes; todas as medidas tomadas no sentido de eliminar as barreiras físicas beneficiam toda a população.

Uma política sanitária que privilegie os cuidados primários de saúde constituiria a base das unidades de promoção de saúde, prevenção, cura e reabilitação que a extensão e gravidade dos problemas dos deficientes exigem. São facilmente imagináveis os reflexos acen-tuadamente positivos no campo sanitário e os benefícios repartidos por toda a população (deficiente ou não), sobretudo na prevenção da doença e da deficiência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta intervenção, muito mais do que o simples enunciado de alguns dos grandes problemas que afectam a nossa população deficiente, é o reconhecimento do trabalho efectuado pelo Movimento Associativo dos Deficientes e a nossa colaboração no sentido de se apressar o censo dos deficientes.

Nesse sentido, será entregue na Mesa um projecto de resolução desta matéria que vai assinado por Deputados de quase todos os partidos desta Assembleia.

*Aplausos do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS, do PSD, do PCP e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar Miranda.

O Sr. Gaspar Miranda (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É lugar-comum falar-se nesta Assembleia de regiões do País que necessitam de ser desenvolvidas. Não raro acontece, porém, que essas regiões estão dotadas das infra-estruturas mínimas para que se possa viver com dignidade.

Penso, hoje, fugir à regra, já que vou falar de uma região que tem vivido à margem dos grandes centros e das grandes vias de comunicação e, por isso, também à margem dos centros de decisão política — trata-se da região de Basto.

Esta parcela de Portugal, com grandes potencialidades agrícolas e não só, totalmente inexploradas, é composta por 4 concelhos, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, sendo 2 deles situados na margem direita do baixo Tâmega e outros 2 na margem esquerda. Está encravada entre as muralhas das serras do Marão, Barroso e Cabreira, constituindo um vale sinuoso de verdura e beleza, contrastando com a agressividade majestática de Trás-os-Montes.

Nesta região vivem 70 000 pessoas, essencialmente da agricultura, que em toda a zona apresenta características idênticas, com um baixo nível tecnológico, devido, essencialmente, ao isolamento das povoações.

Trata-se de um território que, apesar de ser um todo real, bem caracterizado e definido, com uma autêntica realidade geográfica, cultural, social e económica, foi cortado a meio em nome do constitucionalismo liberal e tem, por isso mesmo, pago um exagerado preço de interioridade, que condiciona as suas perspectivas de desenvolvimento.

O regionalismo, bandeira sempre desfraldada a todos os ventos e marés, não tem tido aqui uma expressão dinâmica e correcta. Muitas vezes, por culpa dos governos centrais, que, com tomadas de posições dentro dos gabinetes, levam os dirigentes concelhios a voltarem as costas uns aos outros; outras vezes, ainda, por culpa de certos senhores da região que não entendem que, das suas lutas pelo poder pessoal, nada de bom resulta para a população humilde e trabalhadora de Basto.

Temos bem presente que a regionalização nada tem na sua essência contra a municipalismo, mas não entendemos bem como dirigentes governamentais decretam, sem qualquer estudo prévio, infra-estruturas para um determinado concelho, para assim fomentarem os bairrismos exacerbados, esquecendo-se, muitas vezes, que a mesma infra-estrutura, devidamente localizada, poderia favorecer vários concelhos de uma zona do País.

Em Basto têm sido frequentes estes casos. Os sucessivos governos, quer antes, quer depois do 25 de Abril, têm feito com que os quadros regionais se degladiem em questiúnculas de campanário, de um fazer e outro logo se esforça por desfazer, ou irem, com o apadrinhamento dos governantes, para outra iniciativa igual, diminuindo, assim, ambas à partida.

Com isto, tem perdido o País e principalmente a população de Basto, que pertence na sua grande maioria ao tal povo anônimo, que trabalha de sol a sol, sem horários de trabalho, nem tendo bem a ideia do que, porventura, seja «uma greve justa».

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é minha intenção criticar por criticar quem quer que seja, pois tenho a consciência de que muitas vezes, no nosso país, a crítica é um disfarce para a agressão, mas pretendo, isso sim, chamar a atenção para a minha região, que tão esquecida foi antes do 25 de Abril.

Até esta data, a população habituou-se a conhecer o poder central apenas pelos impostos ou «dízimas» que periodicamente tinha de pagar nas tesourarias da Fazenda Pública.

Depois do 25 de Abril houve, de facto, um surto de desenvolvimento nos 4 concelhos, principalmente no referente à abertura de estradões e caminhos para povoações isoladas, no abastecimento de água e luz e à construção de escolas.

Mas os problemas de fundo, que dependiam em grande parte do governo central, esses, ficaram por resolver!

As grandes vias de comunicação, que constituiriam um factor dinamizador da região e a tirariam do isolamento, não apenas físico, como social e humano, reduzindo as assimetrias em relação a outras zonas do País, continuam a passar-lhe ao lado.

É o caso da via rápida Porto-Bragança, em que não houve uma discussão pública quanto ao seu traçado. Este, desviado do seu leito natural sócio-económico e até histórico por que se optou, talvez por razões partidárias, por soluções quase megalómanas e de sentido perigosamente injustificado, como é o caso do rasgar do Marão e das curvas de Murça.

Claro que, ao traçar-se a via rápida, pensou-se logo que ela devia desenvolver as grandes zonas do País, pois tratava-se de mais rapidamente dar resposta à convenção de pré-adesão à CEE.

Mas eu pergunto: essa forma de proceder não irá provocar o agravamento de desigualdades que já existem entre os grandes pólos regionais, por um lado, e as zonas de província, por outro?

Mas esta via rápida, infelizmente para a região de Basto, parece ser assunto arrumado. Só temos a desejar que os obstáculos técnicos, incompreensíveis, ao actual traçado, não previstos, sejam rapidamente desbloqueados, para que o Nordeste transmontano deixe de viver, como a região de Basto, num coma histórico, numa penitência conformada! Se dermos por consumado o facto de a região ficar privada da via rápida, vamos alertando, pelo menos, para a necessidade de boas estradas, que são as autênticas artérias onde pode correr o sangue do desenvolvimento, mas que vão a «passo de caranguejo», como sejam a estrada nacional n.º 311, no troço que liga o concelho de Boticas a Cabeceiras de Basto, e o troço dentro da própria vila de Cabeceiras, cujo projecto está em vias de conclusão, a estrada nacional n.º 312, que se encontra parada na povoação de Bragadas, do concelho de Ribeira de Pena, e o arranque rápido que deve ser dado à variante da estrada nacional n.º 210, entre Amarante e Arco de Baúlhe, cujo projecto já se encontra concluído.

E, falando em vias de comunicação, não posso deixar de abordar o polémico assunto do encerramento da linha férrea do vale do Tâmega. Linha de via reduzida, mas que tão grande importância tem para a região de Basto, desprovida de boas vias de acesso às zonas desenvolvidas.

Temos presente o Decreto-Lei n.º 63/83, que prevê que o encerramento das linhas e estações só se pode verificar desde que estejam criadas alternativas equivalentes e que a CP pode negociar a concessão de exploração de linhas com os municípios, condicionando a exploração à atribuição de subsídios que concorram para a atribuição de custos directos.

Estamos convencidos de que os concelhos atravessados pela linha do vale do Tâmega, dado o interesse social relevante desta linha, estão dispostos a tal negociação.

Mas aqui eu chamo a atenção para o programa do actual Governo, que nos diz, a p. 25, «a solidariedade entre os Portugueses não pode continuar limitada a certas regiões. O coeficiente de correção de assimetrias regionais com assento na lei das finanças locais não pode continuar a ser meramente um símbolo».

Outro problema de fundo, que é necessário resolver, é a localização de uma zona agrária na região de Basto. Foi este um dos pontos concretos em que houve, em passado recente, manipulação do Governo Central.

A zona agrária, a princípio localizada em Cabeceiras de Basto, veio depois a ser mudada para Celorico de Basto. Tudo isto feito sem ter por base estudos que convencessem quem quer que fosse. Conclusão: vieram ao de cima os bairrismos mesquinhos e não há zona agrária de Basto.

Pensamos que é necessário avançar com a sua criação, sem cedências a clientelas partidárias, mas com a única preocupação de favorecer a região. Pensamos que só a partir da criação da zona agrária se pode avançar para uma verdadeira exploração das potencialidades agrícolas de Basto.

Só então será possível dinamizar os pequenos proprietários agrícolas, com vista à transformação de uma agricultura tradicional, que carece de garantias de vendas dos produtos, numa agricultura modernizada em que haja a garantia da venda desses produtos, a preços compatíveis com as despesas inerentes à produção.

Não nos devemos esquecer de que, na nossa região, há um subaproveitamento no referente à produção de cereais. Sabemos que é possível aumentar a sua produção, mesmo em termos competitivos e nem sequer esquecemos que o País importa mais de metade dos alimentos que consome.

Aguardamos a lei do emparcelamento voluntário da propriedade, demasiado pulverizada na nossa região.

Mas, para se passar do papel para o terreno, precisamos de serviços agrícolas, devidamente organizados, e todos temos a consciência de que os actuais Serviços de Extensão Rural, como estão organizados, só conseguem influenciar uma pequena minoria de agricultores.

Aguardamos ainda que se resolva a situação do vinho verde, já que esta região é inundada por vinhos de outras regiões, o que causa aos lavradores de Basto prejuízos incalculáveis, pois anos há em que estes não têm outra defesa a não ser a venda deste maravilhoso produto.

No campo silvícola, onde as potencialidades da região são enormes, é necessário fazer um aproveitamento das áreas incultas com planos de arborização integrados.

Mas os planos de desenvolvimento rurais também nos passam ao lado. Há concelhos da região de Basto, como são os casos de Mondim e Ribeira de Pena que são considerados administrativamente como fazendo parte de Trás-os-Montes, mas, quando se trata de planos de desenvolvimento para Trás-os-Montes, dá-se a desculpa que têm uma agricultura minhota.

Este é o fadário da região de Basto, zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, que é condenada a ver os benefícios do desenvolvimento do litoral a fugirem-lhe por um lado e os benefícios da interioridade a fugirem-lhe pelo outro.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, agradeço-lhe que termine a sua intervenção, pois o tempo de que dispunha para a formular já terminou.

**O Orador:** — Outro problema de fundo, que é necessário resolver na região, é o problema da saúde e aqui não são necessários grandes investimentos, tem de se fazer, isso sim, um aproveitamento correcto dos recursos disponíveis.

Temos na nossa região duas modernas unidades hospitalares, que são as de Ribeira de Pena e Celorico de Basto, com apetrechamento altamente sofisticado. Possuímos ainda um hospital em Cabeceiras de Basto que, apesar de inacabado há 24 anos, tem apetrechos «encaixotados» que nunca foram utilizados.

Mesmo assim, para se tirar uma radiografia, precisa-se de ir ao Porto, ou, para qualquer análise, por mais simples que seja, tem de se esperar 8 a 15 dias.

O actual Governo sabe, porque o constata no seu Programa, «que há uma assimetria na distribuição dos técnicos de saúde. Que há uma deficiente organização estrutural a nível local, regional e central, com duplicação de estruturas de pessoal e de acções».

Pretendemos simplesmente, no campo da saúde, que, nas soluções a adoptar, para resolver estes problemas, não seja esquecida a região de Basto.

No campo do ensino, há que tomar também medidas imediatas. Não pedimos coisas impossíveis, não pedimos universidades, mas achamos que temos o direito de exigir que existam possibilidades de se concluírem cursos nesta região.

Peritos da OCDE, na análise da política da educação em Portugal, referem que «ter-se-á de elaborar um programa específico para as zonas de província para que o prolongamento da duração dos estudos secundários obrigatórios não provoque o agravamento das desigualdades entre os grandes centros urbanos e as zonas de província».

Numa altura em que o actual Governo lança o ensino profissional, esperamos que a nossa região seja lembrada e tenhamos possibilidades de sermos contemplados com cursos devidamente inseridos na região.

Precisamos não só de técnicos agrícolas, como ainda de profissionais virados para a transformação agro-industrial.

É que, em Basto, não se pode perder a perspectiva da industrialização, a qual deve apoiar-se essencialmente nos recursos naturais e que favoreçam toda a região e não este ou aquele concelho isoladamente. Doutra forma, qualquer tentativa está condenada ao fracasso, como o foram algumas experiências ultimamente ensaiadas.

O turismo é outro campo em que muito se pode fazer por esta região, depois de resolvidos os principais problemas infra-estruturais por mim já mencionados.

Actualmente, os 4 concelhos estão integrados na Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão.

É evidente que os principais responsáveis por esta Comissão pertencem a outras zonas mais acessíveis e já dotadas de infra-estruturas, onde os resultados pretendidos podem ser obtidos no imediato.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> já excedeu em muito o tempo de que dispunha para fazer a intervenção. Portanto, agradecia-lhe que a concluisse.

**O Orador:** — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Por que não uma comissão regional de turismo de Basto? Uma comissão que defende as raras belezas com que a natureza brindou a região, que defende os trajes, o folclore, a arquitectura dos monumentos e das igrejas, os «românticos» solares, a gastronomia com o famoso vinho verde de Basto?

Mas, para isso, é necessário dinheiro para a região, e as câmaras encontram-se descapitalizadas, algumas delas numa situação tal que os dinheiros que recebem com base na lei das finanças locais não chega para pagamento dos juros das dívidas contraídas.

É certo que, num caso ou outro, se investiu no supérfluo, em detrimento do essencial, mas, na grande maioria dos casos, o dinheiro não chegou para resolver o essencial, e em todos eles os problemas de fundo ficaram por resolver.

Será justo que as instituições bancárias se limitem a cativar as poupanças dos emigrantes — e esta é uma zona emigratória muito importante do País — e a canalizá-las para outros pontos do País mais desenvolvidos?

A pergunta aqui fica para o actual Governo que no seu Programa, a p. 14, refere que «são conhecidas as limitações impostas pela necessidade de, em primeira linha, combater a crise económica e financeira e reduzir o grau da nossa dependência do exterior: Mas nenhum esforço, por mais prioritário que seja, desculparia o que se não atentasse no fosso que ainda separa, do ponto de vista de repartição de sacrifícios e vantagens, regiões e cidadãos portugueses».

Como se vê, parecendo que estou a levantar problemas específicos de uma região, estou, afinal, a levantar problemas nacionais que a todos dizem respeito. Será de lembrar que o regionalismo genuíno é sempre nacionalismo autêntico.

O nosso Primeiro-Ministro, durante a campanha eleitoral e exprimindo a voz da realidade e da verdade, como foi apanágio, aliás, da campanha do Partido Socialista, numa carta dirigida aos agricultores, dizia que «não é possível entrar de cara erguida na CEE de sachola na mão e socos nos pés, atrás do burro ou da vaca».

Se não olharmos, rapidamente, para a região de Basto, ela sujeitar-se-á a entrar descalça, «tocando» meia dúzia de vacas escanzeladas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vimos a esta Assembleia levantar algumas questões da região de Basto, que têm de ser resolvidas e, porque temos muito orgulho em ser portugueses, não queremos, no futuro, ser tratados como filhos enjeitados, que sejam a vergonha de compatriotas de outras zonas do País.

Em suma, vimos lembrar a esta Assembleia que Basto também é Portugal.

#### *Apausos do PS, da UEDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Gaspar Miranda, V. Ex.<sup>a</sup> utilizou cerca de 5 ou 6 minutos a mais em relação ao tempo destinado às declarações políticas. A Mesa nunca cortou a palavra a nenhum orador e sempre concedeu o tempo necessário para que os Srs. Deputados terminassem as suas intervenções.

No entanto, se continuarmos com este sistema, introduzir-se-á neste campo a anarquia na Assembleia da República e será muito mau que isso aconteça.

Portanto, penso que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado, deveria ter atendido um pouco melhor às chamadas de atenção do Presidente da Mesa e ter concluído no devido tempo.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero felicitar a Mesa pela concessão de tempo que deu ao Sr. Deputado Gaspar Miranda, porque foi esta a primeira intervenção formulada pelo Sr. Deputado, que pela primeira vez se encontra nesta Câmara, e nós tivemos muito prazer em o ouvir.

No entanto, creio que não devemos abrir muitos precedentes. Nesse aspecto, o meu partido faz uma pequena chamada de atenção à Mesa para que no futuro tal prática não se institucionalize.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Mas se for na primeira intervenção, está tudo bem!

O Orador: — É um acto de generosidade, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Gaspar Miranda, começo o meu pedido de esclarecimento por o felicitar, porque, sendo V. Ex.<sup>a</sup> um deputado do mesmo círculo eleitoral que eu, trouxe aqui a esta Câmara problemas que nos preocupam a todos.

Porém, não posso concordar com o quadro negro que V. Ex.<sup>a</sup> aqui apresentou no que diz respeito à regionalização. Quero, pois, lembrar-lhe, Sr. Deputado, que foi precisamente na região de Basto que a regionalização começou a dar os primeiros passos. V. Ex.<sup>a</sup> deve saber que já em 1950 havia a Federação de Municípios da Região de Basto que se associou para efeitos da distribuição de electricidade. Foi uma associação voluntária que se impôs como uma unidade natural. Ora, isso significa esta aproximação de municípios em termos de região.

As pessoas ultrapassaram já os seus conceitos de puro bairrismo ou de municipalismo restrito para se inserirem num conceito mais vasto de região integrada ou de área integrada. Eles entendiam que para a prossecução dos seus objectivos só desta maneira é que eles conseguiram arrancar para resolver os problemas da região.

Ora, é por isso que nós, Partido Social-Democrata, termos de lhes dizer que quaisquer tentativas que venham no sentido do estudo e criação de um plano integrado naquela ou em qualquer outra região para o desenvolvimento dessa ou de qualquer outra área encontrarão sempre no meu partido um apoio eficaz para o incentivo ao desenvolvimento dessa região. Isto porque entendemos que, para uma região tão rica como é a de Basto, só através da associação de municípios se pode dar satisfação às preocupações daquelas gentes, nomeadamente tratando-se de uma região em que a exploração turística das suas maravilhas não se faz porque tem havido algumas guerras de capela, que reprovamos.

Nós também sabemos que alguns senhores, em vez de pugnarem pelo desenvolvimento da região, são, ao fim e ao cabo, os entraves para esse desenvolvimento. No entanto, temos de nos afirmar pela positiva. Nesse aspecto, fazemos votos para que os problemas da região de Basto não sejam só os de Cabeceiras de Basto, mas sim de toda a região.

Assim, fazemos uma proposta muito concreta que está incluída na pergunta que lhe vou fazer.

V. Ex.<sup>a</sup> não concorda em que o melhor aproveitamento de todas essas potencialidades poderia ser conseguido através da concretização de um plano integrado, à semelhança do que vai acontecendo com o Plano de Regadio da Cova da Beira?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lemos Damião, a Mesa agradece-lhe as felicitações que não são devidas, porque esta limitou-se a seguir uma prática que vem sendo seguida há bastante tempo, pois nunca aqui nenhum Sr. Deputado foi interrompido. Também gostaria de lhe agradecer o reparo, que não é igualmente devido, porque a Mesa não inovou na matéria. Apenas fez aquilo que faz em relação a todos os Srs. Deputados, que são sempre tratados por igual.

Sr. Deputado Gaspar Miranda, há mais oradores inscritos para lhe formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.<sup>a</sup> deseja responder já ou no fim?

O Sr. Gaspar Miranda (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Bastos.

O Sr. Daniel Bastos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Gaspar Miranda: Como deputado pelo círculo eleitoral de Vila Real, do qual fazem parte 2 concelhos da região de Basto, solidarizo-me com a intervenção que o Sr. Deputado aqui fez, chamando a atenção do Governo e desta Câmara para muitos dos problemas da nossa região de Basto e região transmontana.

Realmente, tem-se falado muito em interioridade e nada se tem feito para rasgar a interioridade das nossas terras, terras essas que têm trazido muita riqueza para o País. A este propósito, gostaria de lembrar os vinhos generosos do Douro criados com o trabalho de sol a sol da esmagadora maioria das gentes daquela região e que trazem anualmente para o nosso país cerca de 12 milhões de contos de divisas. Lembro a electricidade produzida em Trás-os-Montes, que é ali mais cara do que em certas regiões do litoral. Poderia estar aqui a lembrar muitas outras riquezas daquela zona, como, por exemplo, as águas minero-medicinais, os minérios e tantas outras. No entanto, toda essa riqueza tem ajudado a viver gentes de outras regiões e nada temos beneficiado do trabalho dos nossos concidadãos.

Era bom que, de uma vez por todas, o Governo, esta Câmara e todos nós nos lembressemos que Trás-os-Montes tem direito a ser rasgado na sua interioridade, tem direito à via rápida do Porto para Bragança, de que já se fala há muitos anos mas de que nada se tem feito na prática.

Aproveito esta oportunidade para anunciar que na próxima reunião da Comissão de Equipamento Social irei fazer uma proposta para que deputados desta Câmara, a nosso convite e acompanhados de membros do Governo, se desloquem de autocarro a Trás-os-Montes, cobrindo o percurso de Vila Real a Bragança e fazendo o regresso em caminho de ferro na linha do Vale do Corgo, para avaliarem até que ponto vive aquela gente do interior.

É, pois, necessário que a nossa voz se levante aqui, uma vez por todas, e se olhe como se deve olhar para Trás-os-Montes, porque muito se tem falado e nada se tem feito.

Para terminar, Sr. Deputado Gaspar Miranda, gostaria de lhe fazer uma pergunta que, ao fim e ao cabo, está consubstanciada nesta minha intervenção.

V. Ex.<sup>a</sup> não concorda que é absolutamente necessário e de prioridade absoluta que se olhe por aquela estrada que, rasgando o Marão, nos aproxime um bocadinho mais do litoral e daquilo a que temos direito, ou seja, de uma vida melhor?

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS, da UEDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Daniel Bastos. Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Gaspar Teixeira: Depois

de termos assistido a esta pequena corrida partidária, mas que foi infelizmente entre os partidos da coligação, gostava de pôr duas breves questões.

Sabemos que um dos grandes problemas do desenvolvimento agrícola das zonas do minifúndio é, efectivamente, o emparcelamento. Sabemos que o emparcelamento anda em questão já há algumas dezenas de anos e que nenhum passo positivo foi dado, por falta de entendimento.

Gostaria por isso mesmo que V. Ex.<sup>a</sup> nos pudesse dizer o que entende por emparcelamento voluntário e se, efectivamente, pode ser feita alguma coisa. Se bem percebi, V. Ex.<sup>a</sup> referiu a lei do emparcelamento voluntário. Não a conheço, não conheço nenhuma doutrina sobre esse assunto, gostaria de o ouvir falar sobre ela.

Por outro lado, gostava ainda de saber, depois de ultrapassados os 100 dias da resolução prometida, que acções governamentais já foram envidadas no sentido de poder resolver este problema.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Manuel Mendes, se faz favor.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — É para formular também um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Gaspar Teixeira. Suponho que o Sr. Presidente me deu já a palavra, de modo que procedia sem mais delongas ao pedido de esclarecimento. É facto? ...

*Neste momento reassumiu a presidência o Sr. Presidente Tito de Moraes.*

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Mudou o Sr. Presidente, gostaria de saber da Mesa se posso usar da palavra para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Gaspar Teixeira.

O Sr. Presidente: — Se faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — O Sr. Deputado Gaspar Teixeira não trouxe a esta Câmara uma intervenção bucólica, em estilo baflento e utrabarroco, como alguns outros Srs. Deputados têm feito. E ainda bem que optou pelo caminho de proceder a uma leitura que, mesmo insuficiente, se me afigura correcta de um quadro negro sobre uma situação concreta do país real. Apontou problemas que creio serem de toda a pertinência e importância. Denunciou o clima de caciquismo local, naturalmente originário de décadas de fascismo, mas prolongado para além da manhã libertadora do 25 de Abril. Afirmou, o que para um deputado socialista é sempre extremamente de realçar, que com o 25 de Abril se procedeu a um grande desenvolvimento do poder local e isso possibilitou à região de Basto diminuir um pouco os custos da sua interioridade. Chamou frequentemente a atenção do Governo, do Governo PS/PSD, para insuficiências, carências, que são bastante profundas, para que hoje venham a ser resolvidas. Sinalizou algumas das questões mais candentes, e não apenas mais polémicas, que a região de Basto suscita a quem a conhece. De modo que, e porque, naturalmente, alguma coisa ficou ainda por dizer, gostaria, depois de afirmar que acompanho o Sr. Deputado Gaspar Teixeira em toda a escalpelização de problemas que intentou, de perguntar-lhe se, na

realidade, no que toca, por exemplo, à linha do Vale do Tâmega, pensa que ela é ou não é de recuperar de imediato, quaisquer que venham a ser as alternativas que o futuro, após ponderosos estudos, nos venha a facilitar. Se pensa ou não que há uma insuficientíssima rede escolar a diferentes níveis e que uma tal situação necessita de ser apoiada ou, melhor dito, de ser corrigida prontamente pelo poder central. Perguntava-lhe ainda, no domínio de uma afirmação que fez relativamente à questão agrária, se tem ou não tem conhecimento de que, por muitos mecanismos, se tem tentado impedir o associativismo agrícola de pequenos e médios agricultores da região de Basto, e, nessa medida, o Governo tem, os anteriores e o actual não vi ainda que alterasse essa situação, prejudicado gravemente os trabalhadores de terras daquela região. E por finalizar, dado que o tempo não é muito e dado que, de facto, a situação mereceria considerações mais amplas, pedir-lhe-ia que nos dissesse a todos nós, nesta Câmara ...

**O Sr. Presidente:** — Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

**O Orador:** — ... se, na verdade, na região de que provém também existem médicos a mais e se o panorama da saúde é pacífico e bom, ou se, pelo contrário, para lá daquilo a que aludiu em relação a um hospital que se encontra claramente infravalorizado, se não impõe que, no plano da saúde pública e no das medidas que urge venham a ser tomadas, desde já se aumente o número de médicos, assim contribuindo também, nesta matéria, de uma forma ainda que não bastante para desaggravar os rudes custos de interioridade a que aludiu.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Carlos Pires deseja também fazer um pedido de esclarecimento?

**O Sr. Carlos Pires (PS):** — Sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faz favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Pires (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Gaspar Teixeira: No pequeno espaço de algumas semanas, ouvi aqui já 2 deputados do Norte tecerem um largo rosário de carências daquela região. Espero que o poder central não faça orelhas moucas a este rosário de lamentações.

Queria, no entanto, pôr aqui algumas questões ao Sr. Deputado Gaspar Teixeira, nomeadamente qual é a sua opinião sobre o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e a contribuição que ele poderia dar face à situação da agricultura na região de Basto e na agricultura, de uma maneira geral, em Trás-os-Montes.

Outra questão que lhe quero levantar, e aqui talvez tecer um comentário, é que há umas semanas atrás, há duas semanas, esteve em Vila Real o Sr. Ministro da Agricultura.

Acontece que o Sr. Ministro ficou de estar lá às 10 horas e chegou com hora e meia de atraso, tendo justificado esse atraso com o péssimo estado da estrada de Porto a Vila Real.

**O Sr. Daniel Bastos (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Outra pergunta que eu lhe queria pôr era se, de facto, uma vez que abordou esse problema, não pensa que a estrada do Porto a Bragança é prioritária para o desenvolvimento daquela região. Ainda, e para terminar rapidamente, a região demarcada do vinho verde sofre as mesmas dificuldades que sofre a região demarcada do Douro, na medida em que há graves anomalias que ninguém — o Governo central e os principais responsáveis — têm coragem para resolver. Que pensa sobre isto, Sr. Deputado?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está quase tudo dito, mas, quanto a mim, infelizmente, o assunto principal não foi abordado.

Achei muito limitadas as exigências que o Sr. Deputado fez quanto ao planeamento educativo, isto é, pediu educação como quem pede uma esmola a Santo António. Na minha opinião, um plano integrado precisa, para já, de um planeamento nacional e há exemplos em Trás-os-Montes de planos integrados que estão fechados sobre si próprios, com grande frustração das populações e dos técnicos que a eles se dedicam.

Não se pode pedir uma universidade para cada região, mas pode, por exemplo, pedir-se transportes escolares, pode analisar-se se o ensino profissional — o que se está aqui a solicitar — respeita às actividades da zona e se não há que o diversificar, visto que a mobilidade social é um direito do homem e um habitante de Trás-os-Montes não pode ficar toda a vida ligado às actividades tradicionais; pode, inclusivamente, querer ir para outro sítio.

Por outro lado, numa zona de grande emigração, o problema educacional é extremamente importante, visto que, como o Sr. Deputado sabe, os nossos emigrantes quando voltam encontram um ambiente para poderem educar os seus filhos, sob o ponto de vista escolar, muito inferior ao que deixaram.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, tenho de interromper os trabalhos. Fica inscrito o Sr. Deputado Santa Rita Pires para fazer perguntas ao Sr. Deputado Gaspar Miranda.

Entretanto, convoco de imediato uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares no meu gabinete.

Está suspensa a sessão por 30 minutos.

*Eram 17 horas e 5 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

*Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Luís Nunes.*

**O Sr. Presidente:** — Para interpelar o Sr. Deputado Gaspar Miranda, tem a palavra o Sr. Deputado Santa Rita Pires.

**O Sr. Santa Rita Pires (PSD):** — Costaria que o Sr. Deputado Gaspar Miranda clarificasse uma tese

que desenvolveu durante a sua intervenção, clarificação essa que tem todo o cabimento após as intervenções e os pedidos de esclarecimento dos deputados que me antecederam.

O Sr. Deputado disse que Cabeceiras de Basto é uma zona tampão entre o litoral e o interior e que, por esse motivo, não sofre os benefícios dessas duas zonas. Na minha opinião, a interioridade na região é patente e só uma miragem justificava passar por cima da zona de Cabeceiras de Basto, por isso, gostava que me esclarecesse se defende a tese que a zona interior tem benefícios que pode distribuir com essa «zona tampão».

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, pensamos ser do maior interesse o debate que se está aqui a travar em torno de uma das regiões mais desfavorecidas do País, simplesmente gostávamos de perguntar à Mesa se não está esgotado o período de uma hora que é normalmente fixado para o período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, o tempo do período de antes da ordem do dia esgotou-se mais ou menos a meio dos pedidos de esclarecimento que têm estado a ser formulados.

V. Ex.<sup>a</sup> tem razão no reparo que faz, mas afigura-se à Mesa ser injusto, depois de terem sido feitos pedidos de esclarecimento fora desse período, impedir que o Sr. Deputado Gaspar Miranda possa usar da palavra. Nesse sentido, vou, pois, dar a palavra ao Sr. Deputado ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, não queria que V. Ex.<sup>a</sup> visse no meu gesto qualquer intuito de retirar a palavra fosse a quem fosse. Simplesmente, pareceu-me, e pareceu à minha bancada, que se não fosse chamada a atenção para este facto correríamos o risco de mais Srs. Deputados se inscreverem e, enfim, creio que temos outros pontos na nossa agenda que devem, igualmente, ser abordados.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, a invocação de direitos regimentais nunca significa retirar direitos a quem quer que seja.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Gaspar Miranda para responder.

O Sr. Gaspar Miranda (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por agradecer as referências elogiosas que a maioria dos Srs. Deputados fizeram à minha intervenção, referências que não tomo para mim mas sim como um contributo para uma zona tão esquecida como é a região do Basto.

Passaria agora a responder aos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Lemos Damião, digo-lhe que a regionalização não apresenta um «quadro negro» em Basto,

mas algumas pessoas, a nível central e local, têm feito muito para que ela não seja nem dinâmica nem correcta.

Quanto à sua segunda questão, devo salientar que concordo perfeitamente com o Sr. Deputado, ou seja, é necessário um plano integrado para Basto.

Sr. Deputado Daniel Bastos, tive oportunidade de dizer que não sou contra a via rápida Porto-Bragança. Pelo contrário, penso que o Nordeste Transmontano deve sair do isolamento a que tem estado sujeito. O que eu referi foi que era contra o esquecimento da região de Basto.

Sr. Deputado Sousa Cruz, pensamos que o emparcelamento voluntário deve passar pelo associativismo e pelo cooperativismo, problemas para os quais a população de Basto não está devidamente sensibilizada — respondo assim, também, ao Sr. Deputado José Manuel Mendes.

Quanto ao que este Governo tem feito pela região, respondo ao Sr. Deputado que a mudança de uma região não se faz por decreto e que no Programa do Governo já se apontam algumas directivas que a poderão vir a favorecer. Sr. Deputado, temos de dar tempo ao tempo, e este Governo tem pouco mais de 100 dias.

Sr. Deputado José Manuel Mendes, estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que é necessário recuperar a linha do Vale do Tâmega.

Quanto a haver médicos a mais nesta região, creio ter respondido a essa pergunta na minha intervenção ao afirmar que não há.

Sr. Deputado Coelho Pires, o Instituto Universitário de Trás-os-Montes pode exercer alguma influência em Basto se os meios de comunicação forem devidamente melhorados.

Em relação à estrada Porto-Bragança já respondi.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura afirmou que falei no sector da educação como quem pede uma esmola. Devo dizer-lhe Sr.<sup>a</sup> Deputada, que tenho os pés bem assentes no chão e sei os limites a que se pode chegar.

Sr. Deputado Santa Rita Pires, não falei em Cabeceiras de Basto como zona tampão, falei sim na região de Basto composta por quatro concelhos: Cabeceira, Mondim, Ribeira de Pena e Celorico de Basto. Tem-se falado muito aqui na Assembleia em interioridade, no entanto nada se tem feito em relação às zonas de transição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Deputado Gaspar Teixeira, creio ser preciso clarificar-se um pouco algumas posições.

V. Ex.<sup>a</sup> diz que «algumas pessoas do poder central e local não contribuem para o desenvolvimento da regionalização»; eu, sem lhe perguntar quais, porque me parece haver qualquer má vontade contra alguém, permitia-me lembrar-lhe que nessas pessoas está incluído o meu amigo que eu muito prezo, o Sr. Deputado Gaspar Teixeira.

Parece-me que, mesmo a nível local, poderíamos fazer mais do que aquilo que se tem feito em vez de estarmos a atribuir culpas totais ao poder central. Por exemplo, quando V. Ex.<sup>a</sup> há pouco disse que no hospital havia material médico empacotado há 24 anos, parece-me que quem vai lá abrir os caixotes não é o poder central, sendo essa, na minha opinião, uma prova da ineficácia do poder local.

Se me permitisse, com muita amizade, pedia a V. Ex.<sup>a</sup> para ter mais atenção neste pormenor e que, em conjunto com os outros deputados, se fizesse com que esses caixotes se abrissem.

*Risos.*

No que diz respeito à zona agrária, queria lembrar-lhe que havia um despacho normativo, o n.º 240/81, de 18 de Setembro, que estabelecia a divisão das regiões agrárias em zonas agrárias, situando em Cabeceiras de Basto a sua sede. Depois, veio outro despacho normativo, o n.º 296/81, de 17 de Outubro, que suspendeu a aplicação do anterior, com a invocação de que ia haver uma reestruturação.

Penso que podemos arranjar aqui a convergência necessária para que todos os deputados, nomeadamente os do nosso círculo eleitoral, possam accionar os mecanismos de forma a suspender este último despacho normativo ou para que se faça, realmente, a reestruturação, visto que é necessário criar uma zona agrária na região de Basto; se a sede vai ser em Cabeceiras de Basto, em Celorico de Basto ou em Mondim isso é para depois se analisar e discutir.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Gaspar Miranda (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para um contraprotesto.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Gaspar Miranda (PS):** — Sr. Deputado Lemos Damião, V. Ex.<sup>a</sup> acabou de me dar o exemplo de um caso, o da criação e extinção da zona agrária de Basto, que não contribuiu em nada para a regionalização. Este é um exemplo flagrante de lutas pelo poder em que o culpado foi o poder central, talvez por razões partidárias entre o PSD e o CDS ...

Quanto à abertura dos caixotes de medicamentos, Sr. Deputados Lemos Damião, deixe-me dizer-lhe que isso não compete aos vereadores da Câmara.

**O Sr. Lemos Damião (PSD):** — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma adendazinha ao meu protesto.

*Risos.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado protestou e o Sr. Deputado Gaspar Miranda contraprostestou. Ambos praticaram esses actos parlamentares com assinalável cavalheirismo, por isso penso não ser necessária a emenda.

*Risos.*

Srs. Deputados, vamos passar à votação de um conjunto de votos que estão pendentes na Mesa. Em parte foram lidos, mas todos foram distribuídos aos

grupos parlamentares, facto que implica a sua publicação no *Diário da Assembleia da República*. Por uma questão de celeridade no processo afugura-se, pois, não ser necessário proceder à sua leitura.

Alguns dos Srs. Deputados requer a leitura dos votos, atento ao que foi aqui exposto?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, pelo nosso lado não exigimos a leitura dos votos, exigimos sim uma outra formalidade regimental: ser dada a possibilidade às diferentes bancadas, se for caso disso, de se pronunciarem sobre a matéria dos votos em questão.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Lemos, se V. Ex.<sup>a</sup> se tivesse limitado a responder à pergunta que a Mesa acabou de fazer não teria feito uma exigência que não tem cabimento visto ser um dado regimental. Não é uma exigência, mas sim um direito do Sr. Deputado Jorge Lemos e dos Srs. Deputados aqui presentes.

**Vozes do PS e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vamos começar por apreciar um voto de pesar relativo ao falecimento do cardeal D. Humberto Medeiros.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

**O Sr. Ricardo Barros (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A morte do cardeal-arcebispo de Boston, D. Humberto Medeiros, eminente figura da igreja universal e sem dúvida o mais alto expoente da comunidade luso-americana, quando tanto havia ainda a esperar da sua acção apostólica e humana e do seu admirável exemplo, não pode deixar de merecer o voto de pesar unânime desta Assembleia.

Filho de uma modesta família açoriana, desde muito novo que D. Humberto Medeiros revelara apurados dotes de inteligência e grande apego ao trabalho. Concluída a instrução primária vai para Ponta Delgada, trabalhando sucessivamente numa já extinta fábrica de sabão daquela cidade, no armazém de produtos alimentares de José Miguel de Carvalho e no escritório do advogado Dr. José de Oliveira San-Bento. Paralelamente, frequentava a Escola Industrial e Comercial até que aos 16 anos emigrou para os Estados Unidos, fixando-se em Fall River aonde se ocupou das mais modestas profissões, cumprindo o fadário de todos os emigrantes.

Nos Estados Unidos da América ingressa no seminário, com propinas pagas por uma protectora, iniciando a vida apostólica que o levaria ao mais alto grau da hierarquia da Igreja Católica Romana.

Em 16 de Março de 1977, foi D. Humberto Medeiros alvo de significativa homenagem da Universidade Católica Portuguesa, que o distinguiu como doutor *honoris causa*. O cardeal Medeiros agradeceu num brilhante discurso em que teve ensejo de acentuar que aquela distinção era extensiva a todos os emigrantes portugueses: «que como a minha família, deixando o seu lar em demanda de uma terra distante,

levaram consigo um tesouro incalculável que ainda guardam religiosamente: a cultura e o nome de Portugal. Posso garantir a todos que nós, os emigrantes, nos reunimos muitas vezes em ambiente de família para contar uma e outra vez, com o maior carinho e o mais vivo pormenor, os velhos contos da Pátria-Mãe feitos de lágrimas e sorrisos que constituem, de facto, a nossa tradição, a nossa mentalidade e a nossa cultura de luso americanos da qual nos sentimos verdadeiramente orgulhosos».

Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta Câmara não pode deixar de manifestar unanimemente o seu pesar pelo desaparecimento deste português de raiz e símbolo dos mais altos valores da Pátria Lusitana.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ruben Raposo.

O Sr. Ruben Raposo (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A ASDI associa-se à homenagem promovida por esta Câmara de Deputados em honra do cardeal D. Humberto Medeiros. Por isso, a ASDI vai votar favoravelmente este voto de pesar.

Cardeal, que sempre procurou encontrar-se perto dos seus irmãos mais carecidos, dos pobres, humilhados e ofendidos. Cardeal, que, na sua juventude, trabalhou como operário manual. Cardeal, que continua vivo e como exemplo deve permanecer na consciência do cristão, na memória do cidadão, na inteligência do político atento aos valores que na nossa época vão fazendo história. Açoriano, nos Estados Unidos. Português, cidadão do Mundo, foi arcebispo de Boston e membro do Colégio Cardinalício.

O seu magistério não se confinou ao papel de doutor da Igreja, citando palavras de fé ou de pensamento social. Dos seus inúmeros discursos, mensagens e alocuções sobre os temas mais diversos, sobressaem do seu discurso a preocupação pela dignidade e direitos do homem, a atenção permanente pelo valor da família e principalmente a defesa intransigente do trabalhador, vítima tantas vezes da instrumentalização e da exploração.

No momento do seu desaparecimento, do pastor, do português, do homem, curvamo-nos perante a sua memória, associando-nos ao voto de pesar proposto.

*Aplausos da ASDI, do PS, do CDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Gama.

O Sr. José Gama (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tive a honra de conhecer pessoalmente o homem e cardeal exemplar que se guindou à consideração e estima da sociedade americana e dos milhares de portugueses que vivem nos Estados Unidos. Homem digno, homem íntegro, bandeira viva da comunidade lusíada residente nos Estados Unidos, o cardeal Medeiros, ao deixar-nos, foi como se tivesse partido o homem mais exemplar, mais respeitado, mais amado que pisava a terra dos Estados Unidos.

Tive a honra de o entrevistar há 4 natais numa entrevista para um programa português no estado de

Massachusetts. O prestígio de que desfrutava, a imponente procissão que o acompanhou até à sua última morada, foram bem o exemplo vivo de que o cardeal Medeiros era a bandeira viva dessa comunidade lusíada em terras dos Estados Unidos.

Associamo-nos por isso ao voto de pesar do Partido Socialista, mergulhados na mesma sinceridade, na mesma espontaneidade e com a consciência de estarmos a prestar uma grande justiça a um homem que partiu.

*Aplausos do PS, do PSD, do MDP/CDE e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vargas Bulcão.

O Sr. Vargas Bulcão (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É de certo modo redundante acrescentar algo mais àquilo que já foi dito relativamente ao cardeal D. Humberto Medeiros. De qualquer forma, como açoriano e como um dos subscritores deste voto, não queria deixar de me associar ao que aqui foi referido, em meu nome e em nome do meu partido. Aliás, suponho que, ao votar-se favoravelmente este voto de pesar, está-se a votar um voto que, relativamente a um homem, sintetiza de certa maneira aquilo que eu chamaria as virtudes do emigrante açoriano.

O cardeal D. Humberto Medeiros passou por todas as dificuldades e problemas que normalmente um emigrante vive — e perdoem-me se me refiro apenas ao emigrante açoriano, mas estamos a falar de um homem que nasceu nos Açores. Passou, portanto, por todas aquelas vicissitudes, por todas as amarguras que quem conhece a vida dos emigrantes sabe perfeitamente que eles atravessam antes de granjeiar uma situação mais confortável na vida, tanto nos Estados Unidos como por essa Europa fora. E, como aqui já foi dito, se ele foi cardeal, passou por muitas agruras antes de o ser.

Como também já foi dito, trata-se de uma figura que, para além dos Açores, honrou igualmente Portugal. Pode dizer-se que, através dele, existe, em grandeza e dignidade, um emigrante que em terras longínquas jamais perdeu de vista os valores que herdou da Mãe-Pátria. Por isso, o Partido Social-Democrata se associará e votará, como é lógico, favoravelmente este voto.

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do MDP/CDE e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Já não há mais deputados inscritos, pelo que ...

O Sr. Ricardo Barros (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Ricardo Barros (PS): — É para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado José Gama.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu não teria dúvida nenhuma em dar-lhe a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado José Gama. No entanto,

gostaria de chamar a sua esclarecida atenção para o seguinte ponto: há vários votos a discutir e tem-se entendido que o Sr. Deputado que apresenta o voto tem direito, e só esse, a uma declaração. Em princípio, não haverá, pois, aqui a figura do pedido de esclarecimento, excepto se houver uma interrupção ao próprio Sr. Deputado e ela for consentida.

Portanto, chamava a sua esclarecida atenção para este ponto regimental. Muito obrigado.

O Sr. Ricardo Barros (PS): — Então, sob a forma de interpelação à Mesa, ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não pode sob a figura de interpelação à Mesa fazer perguntas ao Sr. Deputado José Gama. Há, como sabe, decisões tomadas sobre esta matéria.

Portanto, dito isto, se V. Ex.<sup>a</sup> entender que tem de fazer uma interpelação, ela versará apenas matéria que a Mesa tenha decidido dentro da orientação do Regimento.

Neste sentido, vamos proceder à votação do voto de pesar pela morte de D. Humberto Medeiros.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar agora ao voto de congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Lech Walesa, voto este subscrito pelos Srs. Deputados Nogueira de Brito e Gomes de Pinho. Como já teve ocasião de observar está igualmente dispensada a sua leitura, porque ninguém se opôs a isso.

Alguém se inscreve para intervir sobre este voto?

Creio que ele já foi objecto de discussão, pelo que vamos passar à votação.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Lemos: — Sr. Presidente, independentemente de uma intervenção que a nossa bancada irá produzir, para facilitar os trabalhos, e como há vários votos sobre a mesma matéria, penso que todos eles poderiam talvez ser objecto de discussão no presente momento, sendo depois votados.

O Sr. Presidente: — Não há inconveniente nenhum em seguir a metodologia proposta pelo Sr. Deputado Jorge Lemos. Gostaria, no entanto, de lembrar à Câmara que a Mesa, por sua iniciativa, não poderia alterar a ordem de apresentação dos votos na Mesa.

Antes de mais, devo perguntar à Câmara se alguém se opõe a esta sugestão do Sr. Deputado Jorge Lemos, nomeadamente os Srs. Deputados Nogueira de Brito e Gomes de Pinho?

*Pausa.*

Como não há oposição, vão então ser postos à discussão em conjunto os seguintes votos: apresentado pelos Srs. Deputados Nogueira de Brito e Gomes de Pinho, do CDS; apresentado pelos Srs. Deputados José Barbosa Mota, José Almeida Valente, Vítor Hugo Se-

queira e outros, do PS, e o voto apresentado pelos Srs. Deputados António Taborda e Helena Cidade Moura, do MDP/CDE.

Penso que estes votos, embora não se refiram directamente à pessoa de Lech Walesa, devem ser discutidos em conjunto, por tratarem a mesma questão de fundo.

Desejava, entretanto, consultar a Mesa, pelo que peço aos Srs. Deputados que aguardem alguns segundos.

*Pausa.*

Sr. Deputado Jorge Lemos, V. Ex.<sup>a</sup> disse «independentemente da intervenção que desejava fazer sobre esta matéria», o que me leva a crer que deseja fazer alguma intervenção. No entanto, as informações que tenho da Mesa são de que todos estes votos já foram discutidos. Quer V. Ex.<sup>a</sup> esclarecer um pouco a sua posição?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, nós propusemos uma metodologia. Se a metodologia for aceite, então, nessa altura, quando V. Ex.<sup>a</sup> puser à discussão os votos, se for caso disso, nós pediremos a palavra.

O Sr. Presidente: — A questão não é essa. É que me informam na Mesa que já se procedeu à discussão destes votos.

O Sr. Jorge Lemos: — Sr. Presidente, creio então que foi uma informação que a Mesa prestou erradamente, uma vez que, da parte da minha bancada, na última sessão, ficou claro que se tinha apenas procedido à apresentação destes votos.

O Sr. Presidente: — A Câmara aceita como exacta a interpretação dada pelo Sr. Deputado Jorge Lemos? Peço desculpa, mas não estive presente nessa sessão e não dispunha dos elementos necessários.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Considera-se, portanto, já ter sido feita a apresentação destes votos, que vão ser discutidos. Informo que, nos termos regimentais, só os Srs. Deputados que fizeram a apresentação do respectivo voto têm direito a usar da palavra para uma declaração de voto.

Vamos, portanto, pôr em discussão conjunta os 3 votos que foram já referidos, o que implica que poderá haver uma intervenção sobre os 3 votos, nos termos regimentais. É isso que se infere da proposta, aprovada por todos, do Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Dá-me licença Sr. Presidente? É para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — O Sr. Presidente referiu-se a uma intervenção por cada agrupamento ou grupo parlamentar para o conjunto dos 3 votos. Mas isso não exclui a possibilidade de uma declaração de voto para quem não fizer nenhuma intervenção?

O Sr. Presidente: — Obviamente! Isso é que é o Regimento, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Hugo Sequeira, para uma intervenção.

O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao voto de congratulação de que sou um dos subscriptores tive a oportunidade de, aquando da sua apresentação, fazer a referida intervenção.

Queria, porém, dizer que a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em relação aos demais votos que sobre esta matéria se encontram pendentes, irá votar favoravelmente o voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS, de congratulação com o sindicalista polaco Lech Walesa, considerando, todavia, que da forma como o mesmo se encontra formulado se procura fazer alguma partidarização da figura do dirigente sindical polaco, o que, a nosso ver, se nos afigura como uma atitude verdadeiramente pueril e que não gostaríamos de ver num voto desta natureza.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — É, porém, em relação ao voto do MDP/CDE que neste momento nos importa referir algumas questões.

O voto de congratulação do MDP/CDE enquadraria, a nosso ver, a importância que a luta dos trabalhadores em todo o mundo significa como força de transformação, que subscrevemos em absoluto. Porém, o voto do MDP/CDE conclui de uma forma ambígua, negadora mesmo de factos irrefutáveis por tão evidentes, como é o caso de se felicitarem por este ano o Prémio Nobel da Paz não ter sido atribuído a uma individualidade.

Ora, isto é inexacto, Sr. Presidente e Srs. Deputados. O Prémio Nobel da Paz, como é inequívoco, foi atribuído a uma individualidade, no caso concreto ao sindicalista polaco Lech Walesa, tendo, como é óbvio, subjacente todo o seu esforço como líder da classe operária polaca para se concretizarem na Polónia os direitos e as liberdades, nomeadamente de organização sindical, instrumento necessário e fundamental para a paz, para a transformação, como começa por dizer o voto do MDP/CDE.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode dar o seu apoio a este voto do MDP/CDE, cujos considerandos julgamos correctos, mas que na sua parte conclusiva nos conduz a discordâncias de fundo.

O voto, no nosso entender, não é, porém, de todo inútil. Sempre dissemos que o sindicato Solidariedade representa hoje o movimento sindical em prol do progresso e da paz. É importante que esta realidade seja reconhecida por um partido que integra a Aliança Povo Unido ao lado do Partido Comunista Português, que, através da sua imprensa oficial e oficiosa, não tem cessado de caluniar Lech Walesa e o sindicato Solidariedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O apoio ao Solidariedade a partir deste momento alarga-se também ao MDP/CDE, excepto se, o que nos recusamos a acreditar, as palavras do voto de congratulação não passem de mera manobra política ou de profunda hipocrisia.

O Partido Socialista quer, finalmente, sublinhar ser esta a primeira vez que o MDP/CDE, reconhecendo o sindicato Solidariedade como movimento sindical, critica implicitamente a unicidade sindical imposta por

lei, reconhecendo que na Polónia um sindicato constituído à margem do poder político e instituído pode ser mais eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores, «do progresso e da paz», do que os sindicatos oficiais criados pelo Governo.

Esta é, portanto, a grande *nuance*, a grande posição inteiramente nova que reconhecemos estar implícita no voto apresentado pelo MDP/CDE, mas que, pela sua parte conclusiva, nos merece uma discordância fundamental, na medida em que é inequívoco para nós que o Prémio Nobel da Paz foi atribuído ao dirigente sindical do Solidariedade. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não o pode votar favoravelmente.

*Aplausos do PS e do PSD.*

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sobre os votos que estão agora em discussão, começarei por dizer que votaremos contra o voto do CDS porque, no seu contexto, o CDS se assume como representante dos valores cristãos fundamentais e nós não podemos nunca estar de acordo que um partido político, qualquer que seja, guarde para si a exclusividade de sentimentos que pertencem a toda a humanidade, de forma dissociada das suas ideologias.

Quanto ao voto do PS, achei extremamente elucidativa a intervenção do Sr. Deputado Vítor Hugo Sequeira, que é também sindicalista. Achei extraordinária a sua intervenção porque, de facto, para nós, um sindicalista dificilmente é uma individualidade.

É evidente que, de facto, temos razões extremamente diferentes e versões completamente diversificadas do que é um sindicato e do que é um sindicalista. Pensamos que, realmente, um sindicalista está sobretudo ao serviço da colectividade e só poderá ser visto como um símbolo da luta dos trabalhadores. Em todo o caso, V. Ex.ª pertence a uma linha sindical que nós não apoiamos, portanto, é natural a divergência.

Quanto às suas divergências relativas ao nosso voto, o que lhe posso dizer é que não há nele uma palavra que não seja expressamente sentida e claramente dita. Não usamos a manipulação política. Agora, uma coisa que não queremos admitir nunca é que a visão primária das coisas e o maniqueísmo político ultrapassem em si os valores da humanidade. É por isso que nós nos batemos e, para dar o exemplo, vamos abster-nos em relação ao voto do PS.

Não é para nós dado assente que o comité de atribuição do Prémio Nobel da Paz se tenha movido por critérios de realce e de exaltação do movimento sindical. Esta é a principal razão da nossa abstenção.

O MDP/CDE, tomando como símbolo a força sindical em prol da paz, não desconhece o aproveitamento político — e o Sr. Deputado acaba de o fazer — que tem sido feito da situação criada na Polónia.

Dos nossos sindicalistas resistentes ao fascismo a grande parte deles foi torturada e destruída e nunca o Comité da Paz se lembraria de lhes entregar o Prémio Nobel, que largamente teriam merecido.

Não aceitamos por isso as comparações lineares feitas pelo PS e nesse mesmo sentido referimos, por contraponto, o procedimento do Governo Polaco.

É nestes pressupostos e nos pressupostos incluídos na primeira parte do que eu disse que se baseia a nossa abstenção, que me parece bastante mais correcta, bas-

tante mais humana e bastante mais capaz em termos de pluralismo — que os senhores querem tomar só para vós — do que a vossa atitude, Srs. Deputados.

O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS): — Para pedir um esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, este caso é semelhante ao que há pouco tivemos ocasião de tratar com o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Se V. Ex.<sup>a</sup> tivesse já usado da palavra e, por hipótese, desejasse comentar alguma afirmação, poderia fazê-lo em declaração de voto. Mas, desta forma, não lhe posso dar a palavra, pois o Regimento não o permite.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, não quero insistir, mas, de facto, se há um debate, é possível fazer pedidos de esclarecimento. O Regimento não proíbe que após uma intervenção em defesa de um voto se faça um pedido de esclarecimento. Nesta Câmara sempre se utilizou esse método.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, mas nesta Câmara nunca se utilizou esse método. Houve um debate na reunião dos líderes dos grupos parlamentares em que, por consenso, se adoptou um procedimento restrito para os votos e os Srs. Deputados não podem pedir à Mesa que viole aquilo que os grupos parlamentares decidiram em reunião dos seus líderes.

De resto, esta matéria até está ...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, lamento discordar, mas, de facto, o pedido de esclarecimento e a sua resposta poderão determinar o sentido de voto de quem faz o pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Obviamente que poderão determinar o sentido do voto, mas não são regimentais. Quando os Srs. Deputados entenderem que deve ser de forma diferente, o Regimento deve ser alterado de forma a atender a estes casos. Mas o que não podem pedir à Mesa é que ela viole o Regimento, de que é o mais fiel guardião, ou pelo menos deve ser.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois da apresentação que o meu grupo parlamentar fez deste voto, parecia-nos desnecessário voltar a usar da palavra sobre esta matéria.

Mas a circunstância de parecer que ainda há deputados nesta Câmara que não perceberam que a acção de Lech Walesa é fundamentalmente uma acção de compromisso pelos valores cristãos que inspiram a actuação do movimento sindical polaco leva-nos a esclarecê-los, por um dever de consciência, e leva-nos também a ter que referir aqui claramente que não é da nossa parte que há aproveitamento político ao invocar esses valores, dos quais não nos queremos apropriar indevidamente, pois esses são os valores fundamentais que pautam a nossa acção cívica e política.

O nosso objectivo político em Portugal é fazer com que todos os portugueses, cada vez mais, participem desses valores, enquanto cidadãos e enquanto intervenientes no processo democrático.

É este o objectivo da nossa acção política e quando nos identificamos com ele e quando realçamos a situação de um país em que a luta pela liberdade sindical é a mesma luta pela liberdade religiosa — em que a igreja católica vem assumindo, conjuntamente com outras forças sociais a vanguarda da luta pela liberdade —, quando fazemos realçar estas circunstâncias, não nos estamos a querer apropriar, de forma mesquinha ou egoísta, de qualquer tipo de valores ou de personalidades. Pelo contrário, estamos a reconhecer que se trata de valores de personalidades, de lutas, que são lutas de todos os homens livres, quer comuniquem ou não dos nossos princípios.

Para esclarecer de forma muito clara o nosso pensamento sobre esta matéria, aqui fica a nossa intervenção. Não poderemos dar o nosso apoio a qualquer tipo de votos ou de declarações que visem, de forma encapotada, aproveitar uma situação — que é de tal modo evidente que nem aqueles que a querem negar o conseguem fazer — para descaracterizar o essencial de uma luta, que é de facto uma luta pelos valores fundamentais do Homem, e esses valores estão também protagonizados e explícitos na luta que aqui travamos.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira e Costa.

O Sr. Oliveira e Costa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD vota, obviamente, o voto de congratulação que ainda há pouco a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura atribuiu ao PS, mas que é também subscrito por deputados da minha bancada, — e nestes considerandos envolvemos também o voto de congratulação apresentado pelos Srs. Deputados Nogueira de Brito e Gomes de Pinho —, fundamentalmente, por entender que a luta do líder sindical Lech Walesa é uma luta pelos direitos sindicais, pela democracia e pela liberdade, valores indissociáveis da social-democracia, e, por outro lado, por entender que estes votos de congratulação devem ser entendidos como uma mensagem de esperança aos trabalhadores polacos sujeitos ao jugo de uma ditadura.

O PSD não pode votar favoravelmente o voto apresentado pelo MDP/CDE, pese embora a intervenção feita há pouco pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada na sua intervenção disse que um sindicalista não é uma individualidade. Poderei facilmente concordar com essa sua opinião, mas então terá de chegar à conclusão de que se não foi à individualidade que foi atribuído o prémio, foi à força que ela representa, quer dizer o prémio foi atribuído ao sindicato Solidariedade. E, Sr.<sup>a</sup> Deputada, só não votamos a favor o seu voto porque, embora o tenha sugerido, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não o escreveu!

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votaremos favoravelmente o voto proposto pelo CDS e o voto proposto pelo PS e pelo PSD, mas vem a talhe de foice algumas considerações sobre esta matéria.

Há pouco assistimos aqui a intervenções de todas as bancadas sobre a Turquia e ao silêncio do CDS sobre essa questão, e não posso deixar passar em claro o facto de que se assiste muitas vezes nesta Assembleia da República a uma clara instrumentalização da defesa dos direitos humanos. Quer dizer, para uns só está em causa a defesa dos direitos humanos nos países de Leste, nos países que vivem sob um regime dito comunista; para outros só está em causa a defesa dos direitos humanos quando eles são atinentes ao Chile, à África do Sul e a outros países com regimes semelhantes. É esta a questão fundamental, que não posso deixar passar em claro!

O CDS esteve calado, não abriu a boca em relação ao problema da Turquia, e agora o Sr. Deputado Gomes de Pinho vem fazer um longo discurso sobre os direitos humanos em causa na Polónia!

Não votamos os considerandos, votamos o voto em concreto, e, por assim ser, votaremos favoravelmente o voto do CDS e o voto do PS e do PSD.

Em relação ao voto do MDP/CDE, devo dizer que o votaremos se nele for incluída a expressão «Solidariedade» ou «Lech Walesa», porque tal como está ele é uma hipocrisia, é uma ambiguidade; votá-lo assim seria votar o vazio e nós não votamos o vazio!

Assim, pelas mesmas razões por que votamos o voto do CDS — votamos o voto em concreto e não os considerandos —, não votamos o voto apresentado pelo MDP/CDE. De facto, ele é uma grande ambiguidade.

Mas eu não queria deixar passar em claro a instrumentalização que muitas vezes se faz nesta Casa, e hoje tivemos aqui um exemplo claro disso, porque há silêncios que valem tanto como a intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho. Aliás, o silêncio que muitas vezes se faz mais não é do que uma tentativa de instrumentalização dos direitos humanos.

*Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.*

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, era para interpelar a Mesa sobre a possibilidade de produzir um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Como tive ocasião de esclarecer há pouco, o Sr. Deputado sabe que não é possível fazer qualquer pedido de esclarecimento ou protesto, nos termos das disposições regimentais aprovadas unanimemente, e não se pode exigir à Mesa que as viole.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Seguramente, Sr. Presidente. De qualquer modo, penso que não abusarei dos nossos direitos regimentais e até da prática corrente desta Assembleia se invocar o direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado se sente ofendido na sua hora e dignidade, poderá usar o direito de defesa.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Mais do que isso: penso que o meu grupo parlamentar se sente ofendido pela intervenção do Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. Presidente: — Se é para esse efeito que pede a palavra, faça favor.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Muito rapidamente, queria dizer ao Sr. Deputado César Oliveira que nada o autoriza a tirar as conclusões que tirou do nosso comportamento no debate a que se referiu no início da sua intervenção e que teve lugar a propósito de uma intervenção do Sr. Deputado Hasse Ferreira.

A posição oficial do meu partido sobre essa matéria está suficiente e claramente expressa nas intervenções do nosso deputado no Conselho da Europa, José Gama, que votou — tal como todos os deputados portugueses presentes, e certamente como votariam, se lá estivessem, muitos dos deputados ausentes — no sentido da condenação da situação que se vive actualmente na Turquia. Mas a nossa posição ficou clara não só aí como noutras sedes, designadamente a nível autárquico.

O CDS tem tomado posições inequívocas sobre essa matéria e, portanto, nada autoriza o Sr. Deputado a extrair do nosso comportamento nesse debate essa conclusão. Penso que se trata, de facto, de uma conclusão precipitada que se poderia ter aplicado, talvez, a outras intervenções que hoje se verificaram neste hemiciclo sobre estas matérias, mas não, seguramente, ao nosso comportamento.

Se passássemos a fazer processos de intenção do modo como o Sr. Deputado fez — e creio poder estar ciente de que não o fez com um intuito malévolio, mas, porventura, para justificar uma intervenção que de outro modo seria difícil de produzir —, se assim fosse, estaríamos a desvirtuar o debate democrático, que eu penso que deve ser um objectivo comum a todos os deputados desta Câmara.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Para dar explicações em relação ao direito de defesa exercido pelo Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não pode dar explicações em relação ao CDS. V. Ex.<sup>a</sup>, se entender que se sente ofendido, pode usar também o direito de defesa, mas, para isso, terá de o declarar.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, eu assisto sempre às reuniões do Plenário, não sou faltoso, normalmente estou com atenção, não faço barulho, ouço as intervenções e sei que tem sido prática corrente em casos como este, quando um depu-

tado exerce o direito de defesa, o deputado que fez a intervenção que suscitou o uso desse direito usar a seguir da palavra para, pelo menos, não deixar que permaneçam os equívocos que levaram ao uso do direito de defesa.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado César Oliveira, se me dá licença, gostava de dizer que também estou nas mesmas condições de V. Ex.<sup>a</sup>. Habitualmente estou sentado nessas bancadas e sei a diferença que existe, que é profunda. Mas o que acontece é que várias vezes nestes debates sobre esta matéria se confunde o regulamento especial e específico com o regulamento geral. Pessoalmente, já por várias vezes fui, legitimamente, impedido, por parte da Mesa, de usar essas figuras regimentais. Estas figuras são extremamente restritivas, foram decididas pelos Srs. Deputados no seu uso soberano de decidir. Contudo, se o Sr. Deputado se sente ferido pela intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho, pode usar da palavra, se for esse o caso.

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Pronto, sinto-me ferido, Sr. Presidente.

*Risos.*

**O Sr. Presidente:** — Se se sente ferido, faz favor de usar, nesses termos, da palavra.

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Muito rapidamente, para dizer que me congratulo com o facto de o CDS ter mudado o seu sentido de voto no Conselho da Europa com a nova presença do Sr. Deputado José Gama. Ponho algumas reservas nisto, mas ao que me informam e ao que estou informado, o anterior representante do CDS no Conselho da Europa teve uma posição diferente daquela que agora o Sr. Deputado José Gama tem tido.

Simplesmente, nós não estamos no Conselho da Europa mas na Assembleia da República; eu não sou representante ao Conselho da Europa, é portanto aqui que tenho de tirar ilações políticas, é aqui que tenho de fazer deduções políticas.

O Sr. Deputado Gomes de Pinho disse que seria difícil para mim fazer uma intervenção sem ser através de um ataque ao CDS. Não é verdade, Sr. Deputado! Desde 1970 que eu combato os direitos humanos, e a prova disso está numa tradução que fiz em português, e que foi publicada, de um livro escrito por Rosa de Luxemburgo, criticando a Revolução Russa. Foi a primeira grande crítica traduzida em português à Revolução Russa e fui eu que traduzi esse livro, o que me levou a um processo em tribunal. Não é, portanto, de agora que defendo os direitos humanos nos países de Leste, mas já de há muitos anos.

O Sr. Deputado escusava, pois, de ter dito o que disse. Ficamos esclarecidos que o CDS — e congratulo-me com esse facto — é um acérrimo defensor dos direitos humanos na Turquia. Espero que a posição do Sr. Deputado José Gama no Conselho da Europa se mantenha e que o CDS passe a assumir aqui, na Assembleia da República, a condenação sistemática dos atropelos aos direitos humanos que se verificam na Turquia.

*Aplausos da UEDS.*

**Vozes do CDS:** — Na Turquia, e não só!

**O Sr. Presidente:** — Srs Deputados, não há mais oradores inscritos ...

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada pede a palavra para que efecto?

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Para prestar um esclarecimento à Mesa, ou para fazer uma intervenção, ou uma ...

**O Sr. Presidente:** — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não pode pedir a palavra para prestar um esclarecimento à Mesa, porque a Mesa não precisa de ser esclarecida. Pode, sim, se desejar, pedir a palavra para interpelar a Mesa.

Em segundo lugar, creio que V. Ex.<sup>a</sup> já apresentou o seu voto ...

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Já, sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — ... e também já interveio. V. Ex.<sup>a</sup> não tem, pois, o direito de intervir mais neste debate.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Intervim sim, não sobre o voto que apresentámos, mas sobre o voto do Partido Socialista.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, ficou convenção, por proposta do Sr. Deputado Jorge Lemos, que haveria uma só intervenção para a discussão destes 3 votos, que eram discutidos em conjunto. Não posso, portanto, dar-lhe a palavra.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — É que o Sr. Presidente é neste momento o depositário do nosso voto. Era só ...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não lhe posso dar a palavra para explicar o que quer que seja, conforme não dei também aos restantes Srs. Deputados. Queira ter a bondade de se sentar.

Vamos passar à votação ...

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, se faz favor?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma intervenção sobre os votos pendentes.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Jorge Lemos tem a palavra para fazer uma intervenção sobre os votos pendentes, tem esse direito. Como não tinha pedido a palavra, ela não lhe foi dada.

Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, em relação ao problema constante dos votos em análise é com espanto e ao mesmo tempo com interrogação que a minha bancada vê trazida a este Plenário a questão da atribuição do Prémio Nobel da Paz. É com espanto e interrogação ...

*Neste momento, ouve-se burburinho na sala.*

**O Sr. Presidente:** — Está muito ruído na sala, pelo que não se permite ouvir em condições o Sr. Deputado Jorge Lemos. Pedia o favor aos Srs. Deputados de criarem condições para que o orador seja ouvido. Peço também aos senhores funcionários da Assembleia o favor de interromperem os seus serviços nas diversas bancadas e aos Srs. Deputados que estão nas coxias o favor de se sentarem ou, se entenderem abandonar a sala, fazerem-no rapidamente.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Orador:** — Dizia eu, Sr. Presidente, que é com interrogação e espanto que a minha bancada vê trazida a esta Assembleia a questão da atribuição do Prémio Nobel da Paz.

Para nós só com interrogação e espanto podemos ver ser trazido a esta Casa um voto de congratulação sobre a atribuição de um prémio como o Prémio Nobel da Paz, prémio que, recordaria aqui, foi recusado por um homem como Jean Paul Sartre por o considerar totalmente desacreditado e não corresponder minimamente aos objectivos para que foi criado.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — E quando dizemos isso, Sr. Presidente, lembramo-nos de que este mesmo Prémio Nobel da Paz foi atribuído a homens como Kissinger, Sadat e Begin. E seria importante, hoje, pensarmos no papel que qualquer desses homens teve em defesa da paz: Kissinger, o homem que tem as mãos sujas pela guerra do Vietname ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ...; Begin, o alto responsável pelos mais odiosos crimes contra a humanidade, crimes contra o povo da Palestina, crimes contra o povo do Líbano, responsável pelos massacres bem recentes de Sabra e Chatila ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., Sadat, o homem responsável por milhares e milhares de prisioneiros políticos no seu país, pela tortura. Um homem que sacrificou os interesses do povo árabe aos interesses que lhe foram impostos pelas forças do imperialismo e pelos interesses do imperialismo na zona. É precisamente sobre um prémio com estas características que nos vem ser proposto um voto de congratulação.

E nós dizemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados: é indigno que a Assembleia da República possa congratular-se pela atribuição de prémios com o significado do que foi atribuído e que têm sido dados a pessoas que nada têm a ver com a paz.

Por isso mesmo, por uma questão de dignidade, nós, PCP, iremos votar contra ...

**Risos do PS e do PSD.**

... todos os votos relativos à atribuição deste prémio.

**Aplausos do PCP.**

**Vozes do PSD:** — Mas que surpresa!

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Manuel Alegre deseja usar da palavra para que efeito?

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — É para repor a verdade em relação a uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Manuel Alegre, como V. Ex.<sup>a</sup> muito bem sabe, o Regimento não reconhece a figura do «repor a verdade».

**Risos.**

Portanto, não lhe posso dar a palavra.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — É para um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — O Regimento também não reconhece a figura do protesto.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Então, Sr. Presidente e sem hipocrisia, como considero que atentados à verdade me atingem na minha qualidade de deputado, invoco o direito de defesa.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> invoca o direito de defesa, e é jurisprudência desta Assembleia que é o próprio deputado que julga ou não da oportunidade de invocação do direito de defesa. Nessa medida, tem, para esse efeito, a palavra.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Abstenho-me de comentar o conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Jorge Lemos porque é inútil. De qualquer maneira, sinto-me obrigado a repor a verdade em relação a uma afirmação que produziu: é que o escritor Jean Paul Sartre nunca recusou o Prémio Nobel da Paz pela simples razão de que esse prémio nunca lhe foi atribuído. Ele recusou o Prémio Nobel da Literatura não por considerar que esse prémio estivesse desacreditado, mas por razões estéticas, éticas, pelas suas razões de escritor, que escapam naturalmente à compreensão do Sr. Deputado Jorge Lemos.

É só isto o que eu queria dizer.

**Aplausos do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI.**

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado Jorge Lemos?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, creio que o meu nome foi aqui referenciado. Gostava, pois, de usar da palavra, usando a mesma figura regimental que o Sr. Deputado Manuel Alegre usou.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, o direito de defesa. Não é assim?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado tem a palavra para esse efeito na medida em que só V. Ex.<sup>a</sup> é juiz de si próprio. Só V. Ex.<sup>a</sup> sabe se se sente ou não ofendido.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, creio que o significado das minhas palavras — e não retiro uma única delas — foi claro: Jean Paul Sartre recusou, por razões éticas, a atribuição de um prémio Nobel por não o considerar à altura de responder ao que ele considerava dever ser um prémio Nobel.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Fraquito! Muito fraco!

O Sr. Presidente: — Passámos agora às votações dos votos em discussão.

Vamos votar, em primeiro lugar, o voto de congratulação, apresentado pelos Srs. Deputados Nogueira de Brito e Gomes de Pinho, do CDS.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI, e votos contra do PCP e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Vamos votar, em segundo lugar, o voto de congratulação, apresentado, entre outros, pelo Sr. Deputado Vítor Hugo Sequeira, do PS, e pelo PSD.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI, votos contra do PCP e a abstenção do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Vamos agora votar, em terceiro lugar, o voto de congratulação, apresentado pelos Srs. Deputados António Taborda, Helena Cidade Moura e João Corregedor da Fonseca, do MDP/CDE.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos a favor do MDP/CDE e votos contra do PS, do PSD, do PCP, do CDS, da UEDS e da ASDI.*

O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o PS já interveio e apresentou um voto. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> não tem direito de fazer uma declaração de voto.

O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS): — Sr. Presidente, penso que é praxe ...

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado, não é praxe ...

O Orador: — ..., após a votação, a pessoa que apresentou um voto poder fazer uma declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Mas é que V. Ex.<sup>a</sup> não só apresentou o voto, como também fez uma intervenção. Fez as duas coisas. Lamento profundamente, mas não lhe posso dar a palavra.

Srs. Deputados, vamos passar à discussão de um voto de congratulação, apresentado pelos Srs. Deputados Gomes de Pinho e Nogueira de Brito, do CDS, sobre a realização em Lisboa das Audiências Sakharov.

Está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, é só para esclarecer que sobre esta matéria também já produzimos na sessão anterior uma intervenção, pelo que consideramos dispensável qualquer outra.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, é que há um outro voto de protesto sobre o mesmo assunto. Não sei se se vai adoptar o mesmo processo de há pouco ...

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura, há pouco houve uma sugestão feita por Srs. Deputados que foi aceite pela Mesa.

A Mesa poderá, se alguns dos Srs. Deputados fizer idêntica sugestão quanto a estes votos, pô-los à discussão em conjunto e depois à votação. Chama, no entanto, a atenção de que eles são contraditórios e que a razão que esteve na base da proposta do Sr. Deputado Jorge Lemos não se verifica identicamente neste caso.

Porque não há nenhuma proposta, a Mesa vai pô-los à discussão separadamente.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma intervenção.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, vamos então discutir separadamente os votos apresentados?

O Sr. Presidente: — Exactamente, Sr. Deputado. Não há identidade de razão para se discutir em conjunto. Se por acaso houvesse uma sugestão noutro sentido que tivesse a concordância desta Assembleia, a Mesa actuaria em conformidade.

Sr. Deputado Jorge Lemos, queira fazer a bondade de usar da palavra.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como primeira nota, em relação a este voto, refiro que é importante realçar o ardor que

foi posto pelo CDS na sua defesa. Mas este ardor, que o leva a dar até como já explicado o voto, também nos leva a pôr algumas interrogações: como é que o CDS vem propor a esta Assembleia votos sobre os direitos do homem?

É o mesmo CDS que nos traz aqui votos sobre os direitos do homem que tem sentados na suas bancadas — e não somos nós que o dizemos, basta que olhem para elas — ex-dirigentes da ditadura, homens responsáveis por essa mesma ditadura.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Por aí não ...!

**O Orador:** — E nós dizemos mais uma vez: olhem para as vossas bancadas. Estão ou não sentados nas vossa bancadas ex-ministros do fascismo?

**Uma voz do PSD:** — É uma má fuga!

**O Orador:** — E nós perguntamos: então, quando foi morto o general Humberto Delgado, tiveram alguma palavra? Então, quando foram presos pela PIDE homens como António Sérgio, Azevedo Gomes, Vieira de Almeida e Jaime Cortesão, algum dos senhores invocou os direitos do homem? Algum desses senhores, hoje tão preocupados com os direitos do homem noutros países, levantou o dedo quando nas cadeiras fascistas os presos políticos eram sujeitos a tortura pela polícia política? Algum dos senhores fez alguma coisa quando muitos dos meus camaradas de bancada estavam sujeitos às torturas pela política de que muitos dos senhores eram responsáveis?

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não! Nesse momento não havia direitos do homem, não interessava falar disso!...

**Uma voz do PCP:** — Era proibido!

**O Orador:** — Mas hoje, o CDS está muito preocupado com o que se passa fora do País. E nós perguntamos: então, o CDS não olha para Portugal? Já não falamos no passado, mas hoje em dia o CDS não tem uma palavra para enunciar o que se está a passar em Portugal no que respeita às violações dos direitos do homem?

Então, o CDS, tão preocupado com os direitos do homem lá fora, não tem uma palavra para protestar contra esse gravíssimo atentado aos direitos do homem que é retirar o direito ao salário, ao pão, retirar até o direito à vida das pessoas que trabalham? Então, isso não são direitos do homem, senhores do CDS?

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

Sobre isto os senhores nada têm a dizer. Se calhar, estariam mais interessados em que, através dessas medidas, o movimento dos trabalhadores contra a fome se calasse e se não lutasse pelos direitos do homem.

Mas é importante que se saiba nesta Assembleia que em Portugal há direitos fundamentais do homem que estão a ser violados: há homens que trabalham e não recebem salários, não tendo dinheiro para alimentar as suas famílias. Mas contra isso o CDS nada diz. Con-

tra isso os senhores mantêm-se surdos e quedos. E compreende-se porquê: quando a luta dos trabalhadores assume formas de maior importância, maior relevo — como já aqui foi dito pelo meu camarada João Amaral —, há que criar formas dilatárias para evitar que as pessoas pensem nos seus próprios problemas. Então, organizam-se essas iniciativas, essas «audiências», para fazer esquecer aos Portugueses os seus verdadeiros problemas.

Também neste caso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós nos manifestamos por ser indigno que esta Assembleia seja envolvida neste tipo de palhaçadas, que são dignas dos amigos do Sr. Carlucci, mas que não são dignas de um órgão de soberania de uma país democrático, como é Portugal.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

Mas nós dizemos mais, Srs. Deputados: não temos nada com o facto de quem, individualmente, se associe a essas mesmas iniciativas. No entanto, deve ficar bem claro que não é digno deste Portugal democrático tentar envolver neste assunto a Assembleia da República, o Governo e a comunicação social. Não é digno envolver Portugal, o Estado Português e o Parlamento de Portugal neste tipo de manobras.

Quem quiser fazer palhaçadas que o faça: é com eles, mas estamos e sempre estaremos contra que se tente envolver os órgãos de soberania nessas palhaçadas.

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Gomes de Pinho já interveio. Para que deseja agora usar da palavra?

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — É para exercer o direito de defesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — V. Ex.<sup>a</sup> é o único juiz nessa causa. Tem a palavra.

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — Sr. Presidente, lamento ter que intervir mais uma vez neste debate, mas penso que neste momento uso do direito de defesa, não apenas em nome dos deputados do meu grupo parlamentar, mas em nome de todos os deputados desta Assembleia, ao que parece com exceção dos deputados comunistas, que se deveriam sentir ofendidos pela intervenção do Sr. Deputado Jorge Lemos.

Aqui, não reconhecemos ao Partido Comunista qualquer legitimidade para julgar da democraticidade dos nossos direitos. A única entidade que diz quem são os deputados que devem estar nesta Câmara é o povo português, e não o Partido Comunista — felizmente, para todos nós.

Não responderíamos a essa provocação irresponsável do Partido Comunista Português, que é a intervenção do Sr. Deputado Jorge Lemos, se ela não contivesse aspectos que consideramos extremamente graves. Aliás, a exaltação que colocou nas suas palavras, ao contrário do ardor que reconheceu ao CDS na defesa dos direitos do homem, demonstra bem

que o Partido Comunista está perfeitamente isolado na sua posição, isolado mesmo perante alguns partidos importantes do movimento comunista internacional.

O Partido Comunista já nem consegue, sequer, interpretar esse enorme movimento que se gera e se expande em todos os países livres do mundo, esse enorme movimento de condenação das maiores atrocidades que este século tem visto e que são comparáveis aos piores momentos da história do século XX. O Partido Comunista não consegue perceber isso e tenta dar, talvez um pouco ingenuamente, um salto em frente, saindo do âmbito dos problemas que estavam a ser discutidos aqui, para baralhar as questões e para confundir os espíritos.

Felizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos numa Câmara democrática, estamos perante deputados adultos e falamos para um país de pessoas responsáveis e que têm senso político suficiente para perceber essas baixas manobras de demagogia barata.

Consideramos que foi um mau momento do Partido Comunista. Se não tinham outros argumentos para usar, porque não usaram o argumento do silêncio?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, para que efeito pretende usar da palavra?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Para utilizar o direito de defesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Se V. Ex.<sup>a</sup> invoca o direito de defesa, é V. Ex.<sup>a</sup> juiz em tal matéria e, nessa medida, dou-lhe a palavra.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não vou usar da palavra durante muito tempo. Apenas quero dizer que mantenho integralmente as expressões que aqui utilizei, e gostava que o CDS fosse capaz de desmentir os factos que eu aqui apontei.

É ou não verdade que na vossa bancada se sentam ministros de Salazar e secretários de Estado de governos da ditadura? Queríamos saber, também, se alguma vez eles levantaram um dedo que fosse para defender os direitos do homem em Portugal!?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Lopes Cardoso, para que efeito deseja usar da palavra?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Para usar do direito de defesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Só V. Ex.<sup>a</sup> é juiz em tal matéria. Tem a palavra.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Penso que há razões para eu usar do direito de defesa. Considerar-se esta Assembleia envolvida em palhaçadas é, de certo

modo, considerar os deputados palhaços. E se isto é uma palhaçada e eu me não vou embora e fico calado é porque tenho alma de palhaço; mas eu não tenho alma de palhaço para continuar participando naquilo a que chamo uma palhaçada e entendo que tenho o direito de exercer o meu direito de defesa.

Poderia dizer que palhaçada é vir invocar a legitimidade ou ilegitimidade do CDS para escamotear a questão fundamental que está aqui, que é saber qual é a nossa posição perante a situação em que se encontra Sakharov. Esta é a questão concreta que estamos a tratar, e não é a legitimidade do CDS o que está em causa.

*Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.*

Chamo a isto não uma palhaçada, mas uma maneira tristíssima e lamentável de não se assumirem claramente as posições que se defendem.

Poderia dizer que realizar as Audiências Sakharov é uma palhaçada e um propósito de distrair o País, mas que promover uma conferência contra o *apartheid*, que teve o meu apoio, ou a propósio do Chile, que também tem o meu apoio, já não é distrair o País.

Não digo que esta atitude é uma palhaçada, mas digo que, mais uma vez, é um processo ínvio de cada um não assumir com coragem as suas posições, as quais têm que ser assumidas com clareza e sem hipocrisia nem subterfúgios.

*Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lemos deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Para exercer o direito de defesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Só V. Ex.<sup>a</sup> é juiz em tal matéria. Portanto, nesse entendimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, exercei o direito de defesa porque penso que da parte do Sr. Deputado Lopes Cardoso houve um mau entendimento das palavrás proferidas pelo meu grupo parlamentar.

Não esteve na mente do meu partido qualificar qualquer deputado desta Casa de «palhaço». Qualifiquei sim, e não retiro o que disse, o voto de uma palhaçada. E igualmente fiz essa qualificação, e também não a retiro, ao conjunto de iniciativas a que decidiram chamar «Audiências Sakharov». Podia demonstrar por quê; no entanto, deixarei apenas ao Sr. Deputado Lopes Cardoso a seguinte interrogação: considera V. Ex.<sup>a</sup> que uma pessoa como António Maria Pereira está muito interessado com os direitos do Sr. Sakharov?

Uma voz do PCP: — Boa pergunta!

Vozes do PSD: — Não diga disparates!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É uma tristeza!

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Lopes Cardoso, V. Ex.<sup>a</sup> pede a palavra para que efecto?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, como fui directamente questionado, não quereria deixar ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso ...

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, estou a interpelar a Mesa, ou melhor, estou a pôr uma questão à Mesa.

Dizia eu que não queria deixar o Sr. Deputado Jorge Lemos sem ser esclarecido, pelo que pediria a complacência da Câmara e do Sr. Presidente para, em 2 minutos, dar a resposta à questão que o Sr. Deputado Jorge Lemos me quis colocar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, a Mesa não pode ter complacência quando se trata de aplicar o Regimento e, sobretudo, quando já tratou de maneira unívoca todos os Srs. Deputados.

Entendeu-se que não haveria lugar a esse tipo de esclarecimentos, pelo que, se o Sr. Deputado se sente ofendido, e como é o único juiz em tal matéria, poderá usar da palavra evocando o direito de defesa.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Penso, Sr. Presidente, que há um limite para a utilização artificiosa das figuras e o facto de o Sr. Deputado Jorge Lemos ter feito uma pergunta obviamente que não me ofendeu. Gostaria é de lhe poder responder, mas esperarei por outra oportunidade. No fundo, a resposta que queria dar ao Sr. Deputado Jorge Lemos é que o que está aqui em causa não é saber se o Sr. António Maria Pereira é sincero ou não ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, tenho de o interromper!

O Orador: — ... O que está em causa é saber se concordamos ou não com a situação em que se encontra Sakharov! É esta a questão, tudo o resto são subterfúgios!

*Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, V. Ex.<sup>a</sup> não podia continuar no uso da palavra por um motivo simples que conhece. Queria dizer, apenas, que à Mesa compete aplicar o Regimento e se VV. Ex.<sup>as</sup> acharem que o Regimento é demasiado restritivo ou demasiado permissivo, têm uma boa forma de o modificar, que é corrigi-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lemos: O Sr. Deputado encarriou por uma investida moralista, de tal forma agressiva do ponto de vista pessoal e levando a tal ponto a hipocrisia dos termos quando confrontados com a realidade, que me levou a pedir a palavra para invocar ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É um protesto?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, V. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra, segundo me apercebi, para uma intervenção, não é verdade?

O Orador: — Exactamente, Sr. Presidente, é o que estou a fazer.

Dizia eu que pedi a palavra apenas para invocar um facto que, embora pequeno, resume e reflecte toda a questão profunda e global da hipocrisia, como realçou o Sr. Deputado Lopes Cardoso. V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Jorge Lemos, invectivou alguns, perguntando o que fizeram quando o general Humberto Delgado foi preso. Pois bem, como pode o Sr. Deputado atrever-se a isso se o seu partido começou por tratar Humberto Delgado de «general coca-cola», enquanto ele não vos servia de candidato?

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS e da UEDS.*

E como o pode fazer se o seu próprio partido — e não só o seu, mas também alguns outros que, naquele momento, não tiveram a mesma sensibilidade relativamente às coisas —, sobretudo o seu partido, tendo em conta a credibilidade da organização, não teve outra reacção primeira, relativamente ao anúncio do assassinato do general Humberto Delgado, senão considerar «mais uma palhaçada do general coca-cola» para se fazer valer na cena internacional?

Como pode V. Ex.<sup>a</sup> invocar o general Humberto Delgado que o seu partido considerou, desde o primeiro momento, «general coca-cola» e só quando lhe conveio «general antifascista»? Como pode o Sr. Deputado invictivar os outros acerca do que eles estavam a fazer em certo momento da História quando V. Ex.<sup>a</sup> tem, não direi «telhados de vidro», mas «telhados absolutamente estilhaçados» pela repetição dos vossos actos hipócritas ao longo da História?

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS e da ASDI.*

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Cala-te boca!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, V. Ex.<sup>a</sup> pede a palavra para que efecto?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, tenho de usar da palavra para defender a honra do meu grupo parlamentar e do meu partido ...

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Foi um bocadão abalada!

O Orador: — ..., que foi ofendida pela intervenção do Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, no entendimento que tem sido dado a essa figura, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Em nome do Grupo Parlamentar do PCP, queremos deixar bem claro ao Sr. Deputado Silva Marques que não toleramos que traga aqui tantas mentiras ...

*Protestos do PS e do PSD.*

... tantas aleivosias sobre a história do Partido Comunista Português.

*Protestos do PS, do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço que criem as condições para que a intervenção do Sr. Deputado Jorge Lemos possa ser ouvida, como merece.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Silva Marques, possa ter tormentos de consciência que o levem a dizer tamanhas aleivosias, o problema é seu. Agora, não envolva a dignidade de um homem e a honra de um partido ao querer trazer esses seus tormentos para esta Casa.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Silva Marques pede a palavra para que efectue?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Para responder, em termos de defesa pessoal, ao Sr. Deputado Jorge Lemos, em consequência dos termos que utilizou para se defender.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, no entendimento que vem sendo dado a essa figura, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Jorge Lemos, remeto-o para as edições publicadas do *Avante* ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Silva Marques, indique onde podemos encontrar a afirmação do meu partido após o assassinato do general Humberto Delgado ...

*Risos do PSD.*

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Antes e depois!

O Orador: — ... de que tinha sido «mais uma palhaçada», como disse o Sr. Deputado Silva Marques, do «general coca-cola»? Indique o lugar onde isso está!

Em relação ao período que antecedeu a candidatura do general Humberto Delgado, houve muitas críticas nas forças democráticas portuguesas e muita gente levantou as suas suspeitas. Podemos dizer que só um homem, nessa altura, acreditava nele — António Sérgio — e, tinha razão, porque era um bom candidato. Mas muitas outras forças políticas que estavam então organizadas em partidos, em formações pré ou pró-partidárias, manifestaram as suas críticas — chegaram-lhe mesmo a chamar «homem de palha».

Portanto, não fomos só nós que nessa altura criticámos o general Humberto Delgado e que manifestámos as nossas suspeitas. Outras forças políticas o fizeram também e não deixaram depois de reconhecer que se tinham enganado, nem tão-pouco deixaram de apoiar a sua candidatura, de votar nele e de aconselhar os

portugueses a fazerem-no, no que foi uma grande jornada contra a ditadura fascista. O que é pena é que o Sr. Deputado aqui a invoque quando está a fazer mera especulação político-partidária.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho muito mais a acrescentar, visto que o Sr. Deputado Carlos Brito confirmou uma parte da minha acusação.

Relativamente à outra parte, o que lhe posso dizer é que procurarei a documentação e terei muito prazer em exibi-la, ao Sr. Deputado e à Câmara, no que se refere à morte do general Humberto Delgado. E repare que na minha intervenção introduzi uma *nuance* cautelar relativamente ao seu eventual contra-ataque, na medida em que disse «outros» e não apenas os senhores — e desculpar-me-ão de vos ter atribuído a principal responsabilidade, mas disse porquê: na medida em que os senhores eram a organização mais credível. Repare que tive o cuidado de me precaver contra a investida que esperava da sua parte! Mas trago-lhe a documentação.

No que diz respeito à primeira parte, o Sr. Deputado Carlos Brito confirmou-o, só que não disse que lhe chamavam «general coca-cola» — mas se consultar o *Avante*, está lá. Disse que lhe chamaram o «homem de palha» do imperialismo americano, preparado pela CIA, etc. ... Digamos que foi mais sóbrio do que eu, na medida em que se limitou a reconhecer que lhe tinham chamado «homem de palha».

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para os socialistas, os princípios da ética e da moral não são um capítulo da política capaz de se deixar instrumentalizar nas lutas pelo poder. Não é, portanto, Srs. Deputados, algo que se possa fazer e desfazer em função dos interesses da geopolítica, de interesses meramente partidários e, mais do que isso, de interesses ao serviço de objectivos mais planetários do que aqueles que permitiam uma certa e justa visão patriótica dos que, em cada momento, se põem em debate nesta Câmara.

É por isso que, por parte do Partido Socialista, com igual frontalidade, podemos denunciar o que se passa na Turquia e as torturas que têm lugar nos países de Leste.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quais? Quais?

O Orador: — E o que não compreendemos, Srs. Deputados, é que da bancada do Partido Comunista se possa fazer a acusação a certas personalidades que, em certa altura, não se solidarizaram com a situação de dissidentes forçados em que se encontravam os militantes do Partido Comunista e que agora esses mesmos militantes, em nome dos mesmos princípios de justiça, não saibam, não queiram ou não possam solidarizar-se com outros dissidentes que se encontram neste tempo histórico em condições seguramente semelhantes àquelas em que eles se encontravam uma década atrás.

É por isso, Srs. Deputados, que não percebemos esta lógica de dois pesos e de duas medidas que permite considerar que, por exemplo, um Prémio Nobel é um «pecado», porque está subvertido pela insídia de também ter sido dado a outras personalidades como Henry Kissinger ...

O Sr. João Amaral (PCP): — E a Begin!

O Orador: — ..., e se esqueça que o mesmo Prémio Nobel também foi dado a Perez Esquível ou a Martin Luther King e a escritores como Pablo Neruda ou Gabriel García Marquez.

São estas realidades que não compreendemos que possam ser tão facilmente esquecidas e, como não compreendemos que o possam ser, aqui vivamente as denunciamos. E porque o fazemos estamos à vontade, como sempre estivemos, para votar favoravelmente qualquer voto que seja de protesto pela violação dos direitos do homem, seja em que ângulo for do Universo.

Vamos, por isso, solidarizar-nos com o voto que se relaciona com o caso Sakharov e com o caso dos dissidentes soviéticos. Para nós, socialistas, os direitos do homem são um primado que deve estar acima dos combates pelo poder, dos equilíbrios geoestratégicos, que, em nome dos direitos humanos, necessariamente nos escapam e sempre nos escaparão. Escapam-nos mas isso não evita que, relativamente aos outros, os denunciemos vivamente.

Vamos votar favoravelmente o voto do Centro Democrático Social e, simultaneamente, apresentamos o nosso protesto pela hipocrisia revelada neste debate pela bancada do Partido Comunista.

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar por salientar o que o meu camarada de bancada Lopes Cardoso também já salientou quando disse que o que estava aqui em causa não era a legitimidade do CDS para apresentar votos — este ou outro — mas sim a análise concreta de uma situação concreta.

E eu, que não sou leninista, permito-me fazer uma citação de Lenine, dizendo que «a alma viva do marxismo é a análise concreta de situações concretas».

É por isso que nós vamos votar favoravelmente o voto proposto pelo CDS sobre as Audiências Sakharov, obviamente dessolidarizando-nos e não subscrivendo as considerações que o CDS fez, porque não é isso que está em causa. O que está em causa é, sim, o voto da Assembleia da República.

Nós recusamos e sempre temos recusado considerar o *apartheid*, o caso do IRA, a Conferência do Chipre e outras realizações que se têm procurado fazer em Portugal — e aqui também — como um adiar das questões e como uma tentativa de nos esquecermos de Portugal evocando o estrangeiro.

Seria para nós, socialistas da UEDS, um grave crime deixarmos de considerar o internacionalismo socialista, neste caso concreto ignorarmos o que se passa na União Soviética, na Polónia, no Chile, na Turquia.

Os socialistas são internacionalistas, por isso nada do que é humano é estranho aos socialistas, à nossa consciência de socialistas democráticos.

*Aplausos da UEDS e do PS.*

Gostaria, ainda, de fazer algumas considerações que não têm directamente a ver com o voto do CDS, mas têm a ver com a situação concreta do caso Sakharov.

Fala-se ultimamente em violação dos direitos humanos na União Soviética e nos países do leste europeu. Muitas têm sido as forças conservadoras que têm tentado organizar sessões e pronunciar-se sobre a defesa dos direitos humanos.

A esse propósito, devo lembrar aos Srs. Deputados que desde 1918 a defesa dos direitos humanos nos países de leste, particularmente na União Soviética, têm sido uma constante dos socialistas e dos homens de esquerda. E perdóem-me as citações históricas, mas gostaria de lembrar aqui os nomes de Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Alfred Roseman, Pierre Monate, Léon Blum, Victor Serge, Friedrich Adler, Otto Bauer e Léon Trotsky, que acabou por ser assassinado no México, em 1940.

Portanto, Srs. Deputados, para mim, que desde 1968-1969 tenho traduzido várias obras sobre esta matéria, começando por Rosa Luxemburgo e passando pela Carta ao Partido Operário Polaco de Kuren Moselewski, etc., é uma questão de coerência votar aqui favoravelmente o voto em apreço mas não os considerandos.

Da mesma maneira, é uma questão de coerência não alinhar com aqueles que pensam que ser solidário e que ser acérrimo partidário da defesa dos direitos humanos na Turquia, no Afeganistão, na União Soviética, no Chile, na Nicarágua, ou onde quer que seja, é um adiar das questões, é um passar de esponja sobre aquilo que se passa em Portugal. Por isso, os votos que hoje vamos votar provam que a nossa atitude é a mesma, quer seja em relação aos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande quer em relação aos trabalhadores da Polónia, a Andrei Sakharov ou a outros dissidentes, porque o fenómeno da dissidência na União Soviética não é um fenómeno de 1919, é um fenómeno de 1927 quando gritantemente Léon Trotsky foi exilado para Almaata e várias vezes alvo de tentativas de homicídio — e eu não sou trotskista, como sabem!

O problema é um problema de fundo, que, nesta matéria e neste momento, não pode ser discutido mas que também não se compadece com uma simples pinçada de um voto nem com os considerandos que o CDS nele fez.

Nós votamos o voto em concreto, obviamente não votamos os considerandos. Por isso, daremos o nosso apoio à situação concreta em apreço, uma vez que é isso que interessa e é sobre isso que se nos pede opinião, e não sobre outras questões que não vêm ao caso. É bom que também nos momentos concretos cada um tome as suas responsabilidades, e este é um desses casos.

Pela nossa parte, agiremos sempre com calma, tranquilidade, serenidade de espírito, porque ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça favor. Tenho muito gosto.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — O Sr. Deputado disse que ia falar e analisar as coisas em concreto, por isso eu esperava ouvi-lo falar da situação em que se encontra Sakharov e dos seus problemas.

Ouvir falar aqui em torturas, etc.

**Risos do PS, do PSD e do CDS.**

Convém ter à medida das coisas, Sr. Deputado. Eu esperava ouvi-lo falar disso em concreto e não ouvi

**O Orador:** — Ainda bem que o Sr. Deputado me fez esta interrupção.

Como sabe, eu autorizo sempre que me interrompam

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Se me dá licença, só mais uma coisa, Sr. Deputado.

Ao contrário da maior parte dos Srs. Deputados, estive preso durante 8 anos, foi torturado e sei o que é a tortura. Por tudo isto, é bom ter-se a medida das coisas e ter atenção às palavras que se usam. Não pode ser assim, Sr. Deputado.

Eu pergunto-lhe: qual é, em concreto, a situação do intelectual Sakharov?

**O Orador:** — Para mim, direitos humanos e defesa de Sakharov é, concretamente, garantir-lhe o acesso à televisão para dizer de sua justiça, é não o ter exilado em Gorki, é poder circular à vontade na União Soviética.

Para mim, é nisso que consistem os direitos humanos.

**Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.**

Tudo o resto são manobras dilatórias. Tudo o resto é poeira lançada sobre os olhos, porque os direitos humanos são uma coisa concreta que cada um exerce nas circunstâncias concretas da sua vida. Não é estar exilado em Gorki, não é não poder falar com quem lhe apeteça nem poder contactar com os outros cidadãos nem tão pouco, no seu próprio país, não poder emitir opiniões sobre a corrida aos armamentos ou estar-se impedido de em todas as circunstâncias se poder falar, que se exercem os direitos humanos.

Estão em causa os direitos humanos porque um homem está exilado em Gorki! E isto chega-me fartamente para poder tomar posição sobre este caso concreto.

De facto, ninguém pode dizer que Sakharov goza férias livremente na Crimeia ou que se passeia à vontade pela União Soviética, num «bruto» Volga, que pode falar com toda a gente ou que tem acesso à televisão e pode protestar, no seu próprio país, contra a corrida aos armamentos, como eu aqui em Portugal posso protestar.

**Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também nós gostaríamos de intervir neste debate para dizermos algumas coisas simples. Em primeiro lugar, para dizer que a nossa concepção de democracia não é nem pode ser a utilização das fórmulas democráticas e do exercício dos direitos que a democracia confere como se fossem um pôrrete. Ou seja, a democracia não é uma forma de agressão, não é uma forma de poder ser utilizada como nós convém e onde nos convém. Implica obediência a princípios, implica que eles não possam, sequer, ser esquecidos.

E por isso que, coerentemente, nós salientaremos que somos pela defesa dos direitos humanos, somos pela condenação da sua violação, somos pela denúncia dessas violações, seja qual for o tempo, seja qual for o lugar, seja qual for o modo dessa violação.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Crêmos que a importância dos direitos humanos é precisamente essa: a sua universalidade, isto é, o facto de serem sentidos por todos e de nos obrigar a todos. É, enfim, o sentido profundo que vem da solidariedade que nos liga aos outros e que nos leva a considerar que qualquer ofensa aos direitos do homem, onde quer que seja cometida, é também uma ofensa sobre os nossos próprios direitos, porque só somos livres quando os outros podem também usufruir da mesma liberdade.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Queria ainda dizer que a democracia pressupõe a diversidade.

A democracia não é a uniformidade, não é a exigência de uma ordem única e imposta. A democracia é, pelo contrário, o respeito das opiniões diferentes, o respeito pela opinião de cada homem, o respeito pela sua personalidade.

A facilidade dos nossos raciocínios leva-nos muita vez a pensar que unidade e uniformidade são a mesma coisa, que unidade é a mesma coisa que unicidade. Mas são duas realidades inteiramente diferentes e só em universos que não são realmente democratas é que é possível tratar os dissidentes e os opositores como loucos, malfeiteiros ou marginais.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por último, também nos importa salientar que quando se invocam os direitos do homem, não são apenas os direitos dos homens em abstrato que estão em causa, mas são os direitos de cada homem, em concreto.

Por isso nós apoiamos este voto! Por isso considerámos que são os direitos do homem Sakharov que, neste momento, estão em causa e que nos importa pôr em realce. Por isso é que nos importa denunciar as violações que são cometidas contra esses direitos. Por isso é que nos importa dizer que todas as ideologias, sejam elas de esquerda ou de direita, se tornam de igual modo intoleráveis desde que impliquem a abdicação dos indivíduos em favor de autoridades políticas, que os glorificam no anonimato do colectivo e os esquecem na sua realidade e na sua riqueza de pessoas.

*Aplausos da ASDI, do PS, do PSD e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com os votos a favor do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI e os votos contra do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, uma vez que não há inscrições para declarações de voto, vamos passar à discussão e votação de um voto de protesto sem título e que também se refere à reunião do Comité Sakarov. Este voto é subscrito pelos Srs. Deputados Helena Cidade Moura, António Taborda e João Corregedor da Fonseca.

Tem a palavra, para apresentar o voto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho pena de os decepcionar, mas, de facto, o MDP/CDE renunciou há quinze anos às palmas da retórica.

O caminho do MDP/CDE é um caminho de equilíbrio, um caminho de procura que não gosta de colocar as pessoas em pontos de confronto. Por isso penso que nós somos — e creio que esta é, com certeza, uma convicção que os Srs. Deputados não partilham — um partido do futuro.

#### *Risos do PSD.*

Eu estava à espera do vosso sorriso, Srs. Deputados. E tenho muito prazer nisso.

O título exacto do voto — e aí vem o desconsolo — é o seguinte: voto de protesto pela participação do Governo no Comité Sakharov.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além da crise económica real, agressiva e desesperante que se vive hoje em Portugal, e foram bem elucidativos os gritos de fome e desespero ouvidos nesta Assembleia, a população trabalhadora que é a grande massa do País sente-se marginalizada.

Em intervenção política, oportunamente, tentaremos abordar o problema desta marginalização, fora do clima emocional que muito naturalmente ela provoca.

Embuído de espírito messiânico — aquele que também se vota nesta Assembleia —, o Governo lançou-se na cruzada santa do Comité Sakarov, tentando dar a uma reunião normal, num país de diálogo, o peso relevante de um acontecimento político nacional.

E para o MDP/CDE evidente que a mediocridade inerente às atitudes revanchistas, superficiais, não relativistas e completamente dissonantes da realidade portuguesa abrem o caminho ao obscurantismo.

O nosso voto de protesto não pretende confrontos com o Governo, vamos muito para além disso.

Entendemos que se impõe uma reflexão séria e aprofundada sobre o clima humano que esta longa luta política começa a gerar. A verdade hoje tem já dificuldade em penetrar nas espessas contradições com que o poder político se protege.

Estamos no 10.º aniversário da Revolução de Abril, sobre todos nós já pesam algumas certezas e a experiência bastante para sabermos que não é desfazendo a democracia todos os dias que se pode gerar uma

relação democrática, onde as divergências sejam assumidas, o diálogo possível e a vida pública possa ser gerida de uma forma clara.

A recente tentativa da formação de uma comissão de honra para as Comemorações do 25 de Abril revelou bem o divórcio do poder com a realidade social.

Essa lista expressa a tentativa de compatibilizar uma situação de ruptura social sem capacidade para a afrontar ou para a assumir.

Porque na clareza a que nos obriga a vida democrática o problema é simples de esquacionar: ou para o Governo o 25 de Abril representa a libertação, a descolonização, a abertura de Portugal às experiências de uma nova vida mais justa e mais fraterna a caminho do socialismo — como diz a Constituição —, e então aqueles que o fizeram, os capitães de Abril, os resistentes antifascistas têm lugar de relevo nessas comemorações, que deverão, para além disso, enquadrar o maior número possível de portugueses, ou o 25 de Abril é uma data que o Governo deseja neste momento apagar da história e então não a poderá comemorar.

O povo português se encarregará disso, com justiça e eficácia, e celebrará uma Revolução de que ele é o principal protagonista. O Governo seguirá isoladamente o caminho que escolheu.

As reuniões de todos os comités, sejam eles quais forem, não perturbam a nossa vida social, mas dar a mão aos fariseus que em todas as épocas enchem a praça pública é para o MDP/CDE grave, porque potencialmente atentatório da liberdade democrática.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

Srs. Deputados, são 20 horas e 5 minutos. Dado que, depois de uma consulta sumária feita a todos os grupos parlamentares, ficou assente que esta reunião plenária se prolongaria até às 20 horas e 30 minutos, chamo a atenção dos Srs. Deputados para ver se conseguimos votar todos os votos que estão na Mesa.

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — Dá-me licença que faça uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — Sr. Presidente, quando um elemento da Mesa nos pôs a questão de saber se nos oporíamos a um prolongamento desta reunião plenária, para que fosse concluída a discussão e votação dos votos em causa, a nossa interpretação foi no sentido de que esse prolongamento se referia exclusivamente aos votos que então estavam a ser discutidos, o que nos parecia lógico, dado que uma interrupção nessa matéria tornaria perdido o esforço que aqui hoje temos vindo a desenvolver.

Reconheço que pode ter sido erro de interpretação da nossa bancada, mas gostaria de deixar bem claro que foi essa a nossa interpretação e, portanto, foi nesse sentido que nós demos o nosso acordo quanto ao prolongamento. Existem ainda, suponho eu, quatro ou cinco votos pendentes na Mesa e penso que não será razoável prolongarmos os trabalhos de modo a que todos eles sejam votados. Aliás, alguns deles foram apresentados há muito pouco tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Gomes de Pinho, a interpretação que é dada pela Mesa, é, em parte, coincidente com a que acaba de expressar. Aquilo que se propôs foi que fosse prorrogada a sessão até às 20 horas e 30 minutos, por se assegurar um prazo de tempo razoável. Foi feito um voto pela Mesa no sentido de ser possível a votação de todos os votos. Se este voto não for cumprido, é evidente que nós interromperímos a sessão às 20 horas e 30 minutos.

Neste entendimento, V. Ex.<sup>a</sup> opõe-se-ia ou mantém a posição que me foi transmitida pela Sr.<sup>a</sup> Secretária em exercício?

O Orador: — Sr. Presidente, não nos oporíamos, na medida em que admitimos que o erro de interpretação tenha sido nosso.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Gomes de Pinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino, para uma intervenção.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O voto do MDP/CDE é um voto original, cuja natureza, alcance e sentido cumpre determinar. Este voto do MDP poderia ser um voto «kafkiano», mas não o é porque não chega a ser suficientemente obsessivo. Poderia ser um voto «queiroziano», atendendo a de quem vem e a quem o defendeu, mas também não o é porque lhe falta o brilho da fina ironia do grande escritor português do século XIX.

Este voto poderia ser um voto «goulagniano», atendendo à matéria que versa, a do Goulag, mas também não o é porque lhe falta a atmosfera asfixiante do ambiente totalitário do Goulag. Poderia ser, enfim e em juízo final, um mero desabafo envergonhado em relação a uma temática a dos dissidentes dos países de Leste, que muito provavelmente será incómoda ao MDP/CDE, aos seus compromissos políticos, às suas alianças. Mas também nem sequer chega a ser um desabafo, porque carreia argumentos em sua defesa que se referem a valores demasiadamente importantes para os Portugueses, que não podem ser aduzidos apenas para provocar desabafos destinados a tranquilizar a má consciência de cada um.

Este voto do MDP/CDE, que diz que a presença de membros do Governo nas audiências Sakharov e as suas declarações fecham o diálogo sereno, democrático e indispensável entre os Portugueses, se não é nada do que referi, então o que é? É apenas, é tão-só, um divertido dislate, um afioramento do calafrio do MDP/CDE sobre a matéria da defesa dos direitos humanos nos países de Leste, é um protesto-delirante; mas absurdo.

Nós, UEDS, não temos por hábito votar no dislate, nem no delírio, nem no absurdo, e, por isso, votaremos contra o voto do MDP/CDE. Mas, para parafrasear a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura, por votos destes o MDP/CDE de certo que não receberá palmas de retórica, mas também não chegará ao futuro.

Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, da ASDI e de alguns deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este voto do MDP/CDE vale o que vale. A bancada do Partido Socialista inclinar-se-ia a votá-lo favoravelmente, se ele, em lugar de dizer que a participação do Governo nos trabalhos do comité fecharam o diálogo sereno e democrático, dissesse que a participação do Governo fazia perder a serenidade ao MDP/CDE.

Foi, de facto, o que aconteceu. O MDP/CDE perdeu a serenidade e veio apresentar-nos este voto. Simplesmente, mal ia esta Casa se se votasse a possibilidade de um Governo democrático poder participar num comité que se reivindica de ser legitimamente um tribunal de opinião pública. Se o Governo participasse em qualquer coisa que tivesse as características de um tribunal de inquisição, isso seria grave. Mas não é isso, seguramente, o que está em causa.

Este voto vale o que vale. Vale, obviamente, o voto contrário do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Dá-me licença que use do direito de defesa, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> é o único juiz em tal matéria, pelo que tem a palavra, no entendimento que vem sendo dado a essa figura.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Invoco o direito de defesa contra, evidentemente, os dislates ditos pelo Sr. Deputado António Vitorino.

De facto, os scus dislates mereceram as palmas de retórica que nós dispensamos. Eça de Queirós foi aqui muito bem evocado e parece que o Sr. Deputado tem tido muito tempo para o ler. O Sr. Deputado é um intelectual e é muito novo. Na realidade, Eça de Queirós também foi muito mal compreendido no seu tempo, exactamente porque era um homem relativista, um homem equilibrado, um homem que não era capaz de estar hoje num lado e amanhã noutrô sítio, além de que teve uma linha e conduta, desde o princípio da sua vida, que não o levaram a merecer as palmas de retórica dos poetas ardilosos do tempo e dos discursos baratos.

O MDP/CDE sente-se muito bem acompanhado, embora, evidentemente, não quira ter o brilho literário de Eça de Queirós, porque, senão, não estaria aqui nesta Assembleia.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Jorge Lacão, apenas quero dizer que não me sinto ofendida com o que ele disse.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Vitorino pede a palavra para que efeito?

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Quero interpelar a Mesa no sentido de indicar ao Sr. Presidente que eu não tenho intenção de usar da palavra, porque não ofendi Eça de Queirós.

Risos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e da ASDI.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado António Vitorino. Ficam-lhe bem esses sentimentos: não ofender o morto, que é um grande escritor da língua portuguesa.

*Risos do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI.*

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma intervenção.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Gomes de Pinho (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É conhecida a nossa oposição firme, clara e coerente ao actual Governo e à maioria que o sustenta. Mas é também conhecido que essa oposição se pauta por critérios éticos e pelo nosso entendimento dos interesses do País. Por isso, quando o Governo adopta uma medida que consideramos justa e correcta, que está de acordo com os interesses do País, nós não temos nenhuma dúvida nem nenhum escrúpulo em apoiar as suas atitudes. É o que acontece neste caso concreto e é por isso que não daremos o nosso voto favorável à iniciativa do MDP/CDE.

*Risos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, uma vez que não há mais inscrições na Mesa, vamos proceder à votação do voto apresentado pelo MDP/CDE em relação às «Audiências Sakharov».

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do PCP, do CDS, da UEDS e da ASDI e votos a favor do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à discussão do voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que não tem título, mas cujo primeiro considerando se refere à «marcha dos vidreiros contra a fome». É assinado pelo Sr. Deputado João Amaral como primeiro signatário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Sr. Presidente, não pedi a palavra para fazer uma intervenção, mas sim para comunicar que o meu grupo parlamentar já apresentou o voto na última sessão.

Também gostaria de fazer uma rectificação na parte dispositiva. Assim, onde se diz «reclama a adopção» ficará «pronuncia-se pela adopção».

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que o MDP/CDE se solidariza com o voto em que se reclama o pagamento de salários em atraso a tantos milhares de trabalhadores que em todo o País vivem momentos de angústia e, porque não dizê-lo, em muitos casos sentem o espectro da fome.

Milhares de famílias atravessam uma situação gravíssima, para a qual em nada concorreram. As perspectivas do seu futuro são, infelizmente, bem pessimistas, uma vez que o Governo, em lugar de pôr em prática um programa político que vise o desenvolvimento do

País, pelo contrário, aplica uma política que conduz ao desemprego maciço de trabalhadores, ao encerramento de pequenas e médias empresas, dando ainda cobertura a empresários que se recusam a pagar salários quando podem. Não há estabilidade nas famílias portuguesas, essas mesmas famílias que o Governo tanto pregoa defender.

Não há segurança de emprego, e esta situação é agravada por dois factores fundamentais, que os trabalhadores rejeitam, tal como ficou plenamente demonstrado nas manifestações de sábado passado e como ainda hoje nós tivemos oportunidade de ouvir nesta Assembleia da República e também à porta da Assembleia da República, com a concentração de milhares de mulheres do distrito de Setúbal. Trata-se da célebre lei que prevê a regulação dos despedimentos e a assinatura, por parte do Governo, da Carta de Intenções com o Fundo Monetário Internacional, cujas consequências gravosas já se fazem sentir.

Através de uma política que provoca um constante agravamento das condições de vida da esmagadora maioria dos portugueses, o Governo mostra-se insensível à desestabilização que declaradamente provoca em centenas de milhares de famílias portuguesas.

Srs. Deputados, o direito ao trabalho é um preceito constitucional que não pode ser negado. Mas o Governo nega-o, desrespeita-o e promove ainda o desemprego. Por isso, esta Assembleia da República não deve, no nosso entendimento, ficar insensível ao que na realidade se passa.

Por esse motivo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, iremos votar favoravelmente o voto em apreço.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entendemos que a situação em que hoje vivem dezenas senão centenas de milhares de trabalhadores portugueses privados de salários, ou recebendo apenas uma parcela desse salário, é insustentável e é uma situação a que urge pôr cobro.

Nesse sentido, damos o nosso apoio ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista. Isto não significa que, tal como em votos anteriores, nós comunguemos de todos os considerandos contidos neste voto, mas sim que somos solidários com o Partido Comunista na proposta concreta que este voto consubstancia.

Como já referi, iremos dar o nosso acordo na generalidade. No entanto, se os proponentes o aceitassem, gostaríamos que o segundo ponto das conclusões fosse alterado no sentido de afirmar a solidariedade desta Assembleia em relação à luta, na generalidade, dos trabalhadores vidreiros, e não da solidariedade desta Assembleia em relação a um facto concreto: a manifestação que recentemente teve lugar. Era esta a alteração que gostaríamos de sugerir aos proponentes.

Dito isto, reafirmo que votaremos favoravelmente o voto apresentado pelo Partido Comunista Português.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu grupo parlamentar irá votar contra o voto apresentado pelo PCP, não só por os

considerados não nos parecerem pertinentes — cremos bem que a organização não foi nem significativa nem emocionante e muito menos impressionante, quer a marcha quer, de certeza, o regresso —, mas principalmente por uma questão de dignidade das instituições da República.

A esta Assembleia cabe dar a sua confiança a um Governo ou demiti-lo, fazer leis ou fiscalizar, e, em consequência, assumir actos concretos. Não lhe cabe reclamar nem aconselhar coisas em geral. Por isso, iremos votar contra este voto apresentado pelo PCP.

No entanto, tal atitude da nossa parte não quer dizer que não consideremos que esta Assembleia, através das suas comissões especializadas e permanentes, deva abdicar de uma acção importantíssima que é a da fiscalização. Isto relativamente a salários não pagos, e sobre-tudo quando se trata de empresas que eventualmente tenham sido subsidiadas.

As comissões parlamentares devem, pois, ter uma acção concreta e eficaz nesse terreno. Surpreende-me que quem tem tanta solicitude relativamente à apresentação de votos desta natureza não se mostre mais pertinaz, precisamente no campo dos instrumentos sérios que a República põe ao seu alcance para caminhar e nós batermos no sentido da justiça.

OCE, pois, por estas razões que iremos votar contra e é também dentro deste "espírito" que pensamos agir. O Parlamento deve ter uma acção mais eficaz, sendo certo que quanto maior é a crise tanto maior deve ser o nosso sentido de justiça social.

Por isso a minha bancada irá votar contra. Contudo, a minha bancada não abdicará de, pelos instrumentos que a República tem à disposição de todos os cidadãos e sobretudo dos deputados, procurar fazer justiça social, desde logo procurando pôr cobro aos casos de corrupção que se criam directamente sobre a sonegação dos salários aos trabalhadores.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado João Amáral, creio interpretar o sinal que V. Ex.<sup>a</sup> fez há pouco à Mesa no sentido de que estava de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso. Estou certo? Onde ficou o sr. deputado carvalho?

**O Sr. João Amáral (PCP):** — Sim, Sr. Presidente. A primeira frase seria: «solidarizando-se com a luta dos trabalhadores vidreiros».

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado João Amáral. Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há cerca de 40 anos atrás os trabalhadores da minha zona, o Baixo Ribatejo, empunharam bandeiras negras e marcharam sobre Lisboa em luta contra a fome motivada pelo desemprego, pela repressão e exploração executadas pelo regime fascista. Nessa ocasião foram metidos no Campo Pequeno.

É preocupante que no Portugal de Abril, em pleno regime democrático, se levantem de novo as bandeiras negras empunhadas pelos trabalhadores que sentem levantar-se a materializar-se o espectro da fome para si e para as suas famílias face ao não pagamento de salários, seu único meio de sustento para viver a vida na comunidade actual! Os trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, ao longo de 4 dias de marcha contra

a fome, encontraram durante o percurso, o calor emocionado e emocionante da solidariedade dos trabalhadores e das populações das cidades e localidades por onde passaram.

Já agora permita-me aqui um parêntesis, Sr. Deputado Silva Marques: de facto, os trabalhadores chegaram aqui e não foram recebidos pelos órgãos de soberania, mas tiveram essa solidariedade dos trabalhadores e das populações e foram com mais força para a Marinha Grande, com a certeza de que um dia haverão de vencer. Isto o senhor nunca compreenderá; você que está sempre a bater com a mão no peito em relação aos direitos humanos.

**O aplausos do PCP e do MDP/CDE.**

Estamos em democracia. Quarenta anos depois os trabalhadores da Marinha Grande não foram metidos no Campo Pequeno, mas tiveram o silêncio e a indiferença do Governo, que lhes fechou todas as portas, apesar da sua situação dramática. Mas esta Assembleia pode hoje negar ou dar a solidariedade aquelas que lutam e são privados de uma das mais significativas expressões do direito à vida: o direito ao salário, ao seu sustento e ao das suas famílias?

Que conceitos estranhos, tortuosos, classistas e hipócritas sobre os direitos humanos, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Alguns, aqui, assumindo-se como autênticos campeões da liberdade, jurando por todos os santinhos que se batem pelos direitos humanos, especialmente lá fora, não são capazes de olhar à sua volta e estender a sua solidariedade aos homens e mulheres que na sua terra e na sua pátria vivem situações dramáticas, algumas delas motivadas pela política do «vai tudo» como se tivéssemos regressado à época do primitivismo capitalista.

Que liberdade de ensino, de direito à crèche, à alimentação para os filhos daqueles que nem para comer ganham porque não recebem? Que liberdade é essa de passar fome em liberdade enquanto alguns têm liberdade de se banquetejar com os juros e com os salários não pagos aos trabalhadores?

**O aplausos do PCP.**

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Este voto pode não vencer. Mas quem acompanhou a marcha dos vidreiros, as grandes acções de massas realizadas no passado dia 15 e ouviu ecoar o protesto e a luta de dezenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso, quem verificou a disposição de combate de centenas de milhares de trabalhadores que por todo o País fizeram um aviso sério a este Governo e à sua política, sentiu preocupação mas também confiança. O Grupo Parlamentar do PCP, no quadro constitucional, não só continuará a desenvolver a sua solidariedade com os trabalhadores sem salários como também apresentará propostas de solução para esta nova chaga social que o patronato usa e o Governo deixa impune.

**O aplausos do PCP.**

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

«Não havendo mais ninguém inscrito, vamos passar à votação».

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do CDS e da ASDI, e votos a favor do PCP, do MDP/CDE e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Domingues.

O Sr. Agostinho Domingues (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para uma breve declaração de voto em nome do grupo parlamentar do meu partido.

O Grupo Parlamentar do PS de modo algum permanece insensível à situação dos trabalhadores da Marinha Grande.

O Sr. João Amaral (PCP): — Pelo menos nesta é insensível!

O Orador: — De resto, sendo princípio essencial do Partido Socialista a defesa intransigente dos direitos das classes laboriosas, nomeadamente em circunstâncias particularmente duras que atingem a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, não poderia ser outra a posição do PS.

No caso concreto dos trabalhadores da Marinha Grande, o Partido Socialista entende ser necessária a implementação das medidas adequadas que ponham cobro às situações de que são vítimas aqueles trabalhadores. Esse é o caminho responsável e único, que dá satisfação aos trabalhadores e designadamente à reestruturação e viabilização do sector vidreiro. Não esquecemos a longa e rica tradição de luta desses trabalhadores.

O Partido Socialista votou, porém, contra por duas ordens de razões: por discordância com os qualificativos de caráter megalómano do texto do PCP sobre a manifestação dos trabalhadores da Marinha Grande e por não ser adequado a esta Assembleia emitir votos de congratulação ou apoio sobre uma manifestação e marcha de protesto, apesar do muito respeito que nos mereçam os motivos dos trabalhadores.

Não se interprete esta posição como indecisão em tal matéria, mas apenas como a recusa em tratar estes problemas por estes processos equívocos, usados habitualmente pelo Partido Comunista Português.

O Grupo Parlamentar do PS, que apoia o Governo e nele confia, está convicto de que serão encontradas as soluções possíveis para este problema.

*Aplausos do PS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Agostinho Domingues.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS votou contra o voto apresentado pelo Partido Comunista Português ...

O Sr. João Amaral (PCP): — Já se sabia!

O Orador: — ... por discordar fundamentalmente dos termos e dos objectivos que presidiram à sua elaboração. O CDS, no entanto, manifesta de forma clara e inequívoca a sua preocupação pela existência de situações socialmente injustas e cujo agravamento é aliás previsível em função da evolução da situação económica e lamenta que não tenha ainda sido possível pôr

em funcionamento mecanismos, aliás já existentes, que previam o alargamento do âmbito do seguro de desemprego em Portugal, designadamente para determinadas situações como aquelas que aqui são referidas e outras que tenham em conta o desemprego dos jovens.

O caminho que o CDS pensa que tem de ser seguido para resolver estes problemas não é o dos votos piedosos imbuídos de considerações ideológicas; é o de uma política económica capaz de criar empregos economicamente viáveis e o de uma política de segurança social capaz de assegurar a todos os portugueses a dignidade e a justiça a que têm direito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ruben Raposo.

O Sr. Ruben Raposo (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O agrupamento parlamentar da ASDI votou contra o voto apresentado pelo PCP alusivo à situação dos trabalhadores da Marinha Grande do sector do vidro que se encontram há vários meses sem receber o salário que lhes é devido.

Concordamos que é socialmente inaceitável que o trabalhador esteja sem receber o seu salário quando deste depende a sua sobrevivência e a da sua família. Contudo, a omissão do dever de remunerar a tempo não é muitas vezes uma omissão deliberada. Tão-só radica na baixa conjuntura, na quebra de encomendas, na diminuição do consumo, na degradação do tecido produtivo.

Não cabe ao Estado, com as actuais dificuldades financeiras, substituir-se às empresas. A garantia do direito ao salário terá de ser conseguida através de medidas indirectas tomadas pelo Governo tendentes a garantir o mercado do trabalho, assegurando a sua estabilização, comercializando os produtos e viabilizando as empresas.

Finalmente, importa referir que o nosso voto contra tem também uma outra razão, pois este voto apresentado pelo Partido Comunista Português pretendia antecipar o debate sobre o pagamento dos salários em atraso, debate este que oportunamente ocorrerá nesta Câmara.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou a discussão e a votação de votos. Ficaram por discutir os votos que passo a anunciar: voto apresentado pelo Partido Comunista Português, referente a um incidente com uma embarcação pertencente a uma sociedade de pesca luso-marroquina; voto apresentado pelo Sr. Deputado do Movimento Ecologista Português, Partido «Os Verdes», e um voto de protesto apresentado pelo Partido Social-Democrata, do qual é primeiro signatário o Sr. Deputado Fernando Figueiredo, e que ficarão para discutir oportunamente.

Vamos passar agora a anunciar a entrada de alguns pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, não queria demorar os trabalhos, mas creio que V. Ex.<sup>a</sup> referiu a existência de um voto do PCP sobre os pescadores, de um voto do Movimento Ecologista, de um voto relativo à função pública, aos aposentados ...

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Orador:** — É que aludi à um voto do PSD que nós não temos e também não ouvimos referido um voto que nós próprios apresentámos relativo às pensões de aposentação da função pública.

**O Sr. Presidente:** — Irá ser referido no momento oportuno nos anúncios que o Sr. Secretário irá fazer. Só me referi aos votos que estavam para discussão e votação na sessão de hoje e que por estarmos ultrapassados pelo tempo não puderam ser discutidos nem votados.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Então são apenas dois, Sr. Presidente. Há um do PSD que nós não conhecemos.

**O Sr. Presidente:** — Exatamente, tem toda a razão. Há um voto do PSD que vai ser fotocopiado.

*Pausa.*

Informa-me o Sr. Secretário que já foi distribuído no dia 18.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — É que nós não o temos, Sr. Presidente. Não se importa de dizer sobre que matéria versa?

**O Sr. Presidente:** — É sobre o atentado bombista no Ministério do Trabalho.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Estão na Mesa pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos, no sentido de ser concedida autorização ao Sr. Deputado José Ângelo Ferreira Correia para depor como testemunha no 1.º Juízo Correcional do Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa, o mesmo em relação ao Sr. Deputado João de Almeida Eliseu para ser presente como testemunha no 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, o mesmo ainda com referência ao mesmo Sr. Deputado, João de Almeida Eliseu, para depor no Tribunal Judicial da Comarca de Ansião, e ainda um parecer, no sentido de não autorizar a Sr.ª Deputada Marília Dulce Coelho Raimundo a depor como testemunha num processo da Directoria de Lisboa da Polícia Judiciária.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estes pareceres aparecem devidamente fundamentados pela Comissão de Regimento e Mandatos, poderiam ser postos globalmente à votação.

*Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.*

**O Sr. Presidente:** — Vai agora ser anunciado o voto que deu hoje entrada na Mesa.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista

Português que foi já distribuído a todas as bancadas e que têm na sua parte conclusiva o seguinte:

A Assembleia da República reclama do Governo à adopção das providências necessárias para que sejam de imediato processados os aumentos dos reformados e pensionistas da função pública, da CP e da Sociedade Esforil.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Secretário. Deseja anunciar também que deram entrada na Mesa os seguintes projectos de lei: projecto de lei n.º 226/III, sobre planeamento e educação sexual apresentado pelo Partido Social-Democrata; projecto de lei n.º 227/III, sobre demarcação da zona de vinho do Cartaxo, apresentado pelo Sr. Deputado Rui Monteiro Pêchiochi, e outros do Partido Socialista e da ASDI. Foi ainda apresentado um requerimento de ratificação n.º 56/III, apresentado pelo Sr. Deputado Gómes de Pinho do CDS, e outros, que versa o Decreto-Lei n.º 269/83, de 6 de Outubro, que institui uma Alta Autoridade encarregada da prevenção e participação às autoridades competentes para investigação de acção criminal, de actos de corrupção ou outras fraudes, agindo por iniciativa própria ou que a partir de indícios fundamentados cheguem ao seu conhecimento. Foi decidido que os dois projectos de lei a que anteriormente me referi baixassem respectivamente à 2.ª e 6.ª Comissão.

Amanhã, à hora regimental, 10 horas da manhã, há nova sessão da Assembleia da República.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 40 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**  
Ferdinando Lourenço de Gouveia,  
Leonel de Sousa Fadigas,  
Maria de Jesus Barroso Soares.

**Partido Social-Democrata (PSD/PPD):**  
Joaquim dos Santos Pereira Costa,  
Manuel Ferréria Martins.

**Partido Comunista Português (PCP):**  
Manuel Correia-Lopes.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**  
Abílio Aleixo Curto,  
Alberto Manuel Avelino,  
António Jorge Mammerickx Trindade,  
Avelino Feliciano Martins Rodrigues,  
Carlos Justino Luís Cordeiro,  
Dinis Manoel Pedro Alves,  
Eurico José P. Carvalho Figueiredo.

João Joaquim Gomes.  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
José Narciso Rodrigues Miranda.

**Partido Social-Democrata (PSD/PPD):**

Cecília Pita Catarino.  
Fernando José Alves Figueiredo.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Rogério da Conceição Serafim Martins.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Domingos Abrantes Ferreira.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
Maria Margarida Tengarrinha.  
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
António José de Castro Bagão Félix.  
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
Francisco António Lucas Pires.  
João Lopes Porto.  
José Vieira de Carvalho.  
Narana Sinai Coissoró.

**Declaração de voto da ASDI, publicada nos termos do n.º 3 do artigo 124.º do Regimento**

As Audiências Sakharov, cuja 4.ª sessão acabou há pouco tempo de ter lugar no nosso país, constituem um acontecimento de tal importância que, perante ele, se não pode ficar indiferente.

De facto, ou se é pela defesa dos direitos humanos e pela denúncia da sua violação, seja qual for o tempo, o lugar e o modo dessa violação, o que implicará uma clara posição de solidariedade com os promotores e os objectivos daquelas audiências, ou se está comprometido com ideologias, sistemas de governo ou pragmáticas totalitárias que não hesitam em pôr em causa o homem e os seus direitos, ainda que, por vezes, à sombra de falsos pretextos da salvação dos homens, e então as mesmas audiências não deixarão de ser consideradas como um acontecimento insólito, por demasiado incómodo.

Quanto a nós, e com toda a frontalidade o dizemos, todos os tribunais de opinião pública que se constituam para informar e julgar das violações dos direitos humanos que se concretizem em qualquer ponto do globo granjeiam o nosso aplauso, ao mesmo tempo que prestamos a nossa solidariedade às vítimas dessas violações, com o nosso juízo de condenação moral aos algozes, sejam eles pessoas singulares, instituições ou governos.

Como é sabido, as Audiências Sakharov, cuja primeira sessão teve lugar em Copenhague em 1974, após a expulsão da União Soviética de Soljenitsin, visam dar a conhecer os atropelos e as violações dos direitos humanos praticados na União Soviética.

Foi extenso o rol de depoimentos prestados em Lisboa, sobre essa matéria, quer sobre a situação dos intelectuais, quer sobre os direitos dos trabalhadores, quer ainda sobre o trabalho forçado tanto na União Soviética como nos países satélites.

Ainda há menos de um mês o Comité dos Escritores Presos revelava também, em Caracas, que a União Soviética é o país com maior número de escritores detidos em prisões, em número de 103.

Esta não é a ocasião para apreciar com detalhe as flagrantes violações dos direitos de expressão, de reunião, de associação, em suma, dos consabidos direitos políticos, que na Declaração Universal dos Direitos do Homem se reconhecem aos cidadãos de todos os países e que constituem letra morta nos países visados com as Audiências Sakharov.

Todavia, a ciência dessas violações impele a nossa consciência para nos congratularmos com a realização das Audiências Sakharov, no convencimento de que os juízos morais acabarão por ser instrumento da paz e do geral reconhecimento dos direitos humanos por parte de todos os governantes, em especial por parte daqueles que, no momento presente, como na União Soviética, se acham investidos de um poder despótico e desumano sobre os seus cidadãos.

Assembleia da República, 20 de Outubro de 1983. — O Deputado, *M. Vilhena de Carvalho*.

**Voto anunciado e enviado para a Mesa para publicação**

É conhecida a difícil situação em que vivem os reformados e pensionistas da função pública, que assistem de ano para ano à descida do seu poder de compra. A inflação atinge-os muito particularmente e são milhares os aposentados que tendo trabalhado grande parte da sua vida na função pública não têm a devida recompensa pelo trabalho realizado, sendo-lhes atribuída uma baixíssima pensão nem sequer capaz de fazer frente a necessidades essenciais de sobrevivência.

A situação apresenta-se ainda mais injusta e mesmo escandalosa, pois o Decreto-Lei n.º 106-A/83, de 18 de Fevereiro, veio consagrar um aumento percentual às pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações, aumento este com efeitos a partir de Janeiro de 1983.

Porém, verifica-se que até hoje os reformados e pensionistas da função pública ainda não receberam qualquer aumento e já lá vão nove meses desde a publicação do referido decreto-lei.

Em idêntica situação se encontram os aposentados da CP e da Sociedade Estoril.

Os deputados abaixo assinados propõem que a Assembleia da República, reunida em Plenário no dia 20 de Outubro de 1983, decida aprovar o seguinte voto:

A Assembleia da República reclama do Governo a adopção das providências necessárias para que sejam de imediato processados os aumentos dos reformados e pensionistas da função pública, da CP e da Sociedade Estoril.

Assembleia da República, 20 de Outubro de 1983. — Os Deputados do PCP: *Zita Seabra — Vidigal Amaro — Carlos Brito — Lino Lima — João Amaral — Rogério Brito — Silva Graça — Joaquim Miranda — Gaspar Martins — José Manuel Mendes — João Paulo — Carlos Espadinha*.

**Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos enviado à Mesa para publicação**  
Em reunião realizada no dia 20 de Outubro de 1983, pelas 15 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitadas pelo Partido Socialista:  
a) José Maria Roque Lino (círculo eleitoral de Castelo Branco), por José Ferreira Pires Gestosa; (esta substituição é pedida para os próximos dias 24 de Outubro corrente a 4 de Novembro próximo, inclusive);  
b) Carlos Luís Filipe Gracias (círculo eleitoral de Faro), por Fernandino Lourenço Gouveia; (esta substituição é pedida para os dias 19 de Outubro corrente a 30 de Novembro próximo, inclusive);  
c) José Narciso Rodrigues de Miranda (círculo eleitoral do Porto), por Bento Gonçalves da Cruz (esta substituição é pedida para os próximos dias 24 de Outubro corrente a 31 de Dezembro próximo, inclusive).

2) Solicitadas pelo Partido do Centro Democrático Social:

Joaquim Rocha dos Santos (círculo eleitoral do Porto), por Henrique António da Conceição Madureira (esta substituição é pedida para os dias 20 e 21 de Outubro corrente, inclusive);  
José Augusto Gama (círculo eleitoral de Fora da Europa) por Jorge Manuel de Moraes Gomes Barbosa (esta substituição é pedida para os próximos dias 25 de Outubro corrente a 3 de Novembro próximo, inclusive).

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

A Comissão: Presidente, António Cândido Miranda Macedo (PS) — Secretários: José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Armando Domingos Lima Ribeiro de Oliveira (CDS) — Carlos Cardoso Lage (RS) — Luís Silvério Gonçalves Saisas (PS) — Rui Monteiro Picciuchi (PS) — José Mário Lemos Damião (PSD) — Maria Margarida Salema Moura Ribeiro (PSD) — João António Gonçalves do Amaral (PCP) — Manuel António de Almeida de A. Vasconcelos (CDS) — João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS) — Manuel Cardoso Villena de Carvalho (ASDI).  
Os Redactores: José Diogo — Ana Maria Marques da Cruz.